

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO
E INDÚSTRIA CRIATIVA (PPGCIC)**

ALICE DISCONSI CARVALHO

**LEITURA VISUAL URBANA: ATRIBUTOS VISUAIS DA COMUNICAÇÃO
APLICADA A UM MOBILIÁRIO URBANO PARA A REGIÃO DAS MISSÕES**

São Borja, RS

2023

ALICE DISCONSI CARVALHO

**LEITURA VISUAL URBANA: ATRIBUTOS VISUAIS DA COMUNICAÇÃO
APLICADA A UM MOBILIÁRIO URBANO PARA A REGIÃO DAS MISSÕES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Comunicação e Indústria Criativa da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Comunicação e Indústria Criativa.

Orientadora: Profa. Dra. Marcela Guimarães e Silva.

São Borja, RS

2023

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais).

C3311 Carvalho, Alice Disconsi

LEITURA VISUAL URBANA: ATRIBUTOS VISUAIS DA
COMUNICAÇÃO APLICADA A UM MOBILIÁRIO URBANO PARA A
REGIÃO DAS MISSÕES / Alice Disconsi Carvalho.

95 p.

Dissertação (Mestrado)-- Universidade Federal do
Pampa, MESTRADO EM COMUNICAÇÃO E INDÚSTRIA CRIATIVA,
2023.

"Orientação: Marcela Guimarães e Silva".

1. Mobiliário Urbano. 2. Leitura Visual. 3.
Missões. I. Título.

ALICE DISCONSI CARVALHO

LEITURA VISUAL URBANA: ATRIBUTOS VISUAIS DA COMUNICAÇÃO APLICADA A UM MOBILIÁRIO URBANO PARA A REGIÃO DAS MISSÕES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Indústria Criativa da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Comunicação e Indústria Criativa.

Dissertação defendida e aprovada em: 02 de fevereiro de 2023.

Banca examinadora:

Marcela Guimarães e Silva
Orientadora
(PPGCIC-Unipampa)

Juliana Zanini Salbego
(PPGCIC-Unipampa)

Mônica Elisa Dias Pons
(UFSM)



Assinado eletronicamente por **MARCELA GUIMARAES E SILVA, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 02/02/2023, às 14:58, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **Mônica Elisa Dias Pons, Usuário Externo**, em 27/02/2023, às 09:21, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **JULIANA ZANINI SALBEGO, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 28/02/2023, às 22:28, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1036613** e o código CRC **42B56087**.

Dedico esta dissertação ao meu pai, João Celso Carvalho (*in memoriam*), que sempre me incentivou na vida acadêmica. E à minha tia Tania Maria Disconsi Schlosser (*in memoriam*), que nos deixou durante o período desta dissertação.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por estar junto a mim nos momentos de dificuldade nesse último semestre, por ter aquecido meu coração e afagado a dor da perda.

À minha mãe, Jania, por ser sempre incansável e estar sempre pronta para me ajudar e fazer com que meus dias fossem os mais confortáveis possíveis na conciliação entre o trabalho e o PPG. Com certeza, é um exemplo de ser humano que tenho como base e admiro pela força e a garra que tem.

À minha irmã, Bruna, pelos sorrisos e risadas que cessaram os momentos de cansaço, aflição e angústia.

À minha orientadora, Marcela, por ser sempre muito acessível e ter me apresentado de forma leve e muito divertida o universo da Comunicação, ter me apresentado a Milton Santos, Ana Carla Fonseca Reis e tantos outros autores que daqui em diante irão me acompanhar durante a vida.

À UNIPAMPA, por, de certa forma, ter me “trazido de volta para casa”. Com certeza foi um grãozinho de areia a mais na balança que julgou minha volta à querida cidade de São Borja.

À minha região missioneira, por ser do jeito que és! Com muitas coisas positivas e negativas também, mas que o melhor sempre se sobressaia e tu se mostre da tua forma.

“Arquitetura deve falar de seu tempo e lugar,
porém anseia por ser atemporal”.

Frank Gehry

RESUMO

Esta dissertação aborda a utilização do mobiliário urbano e seu potencial visual, uma vez que, desde que ele surge como equipamento urbano e funcional, já carrega uma grande bagagem informativa acerca do seu entorno e do meio em que está inserido. Tem como cenário a região missioneira do Estado do Rio Grande do Sul, com destaque para os municípios de São Borja, Santo Antônio das Missões, São Luiz Gonzaga e Santo Ângelo. A partir dos conceitos de Kevin Lynch (2011, 1982 e 1960) acerca da paisagem urbana, e de Donis A. Dondis (1991, 1997 e 2000) a respeito da linguagem visual, e com apoio da pesquisa bibliográfica, procurou-se identificar elementos visuais e urbanos já existentes na região e que possam auxiliar no alcance visual destes equipamentos urbanos. Segundo dados meteorológicos e documentos de ordem urbana, mapeou-se e reconheceu-se as cidades elencadas com apoio de levantamento fotográfico, dados climáticos, de fluxo, de organização e de tipologias urbanas, assim, reconhecendo o perfil urbano destas cidades, com base na pesquisa documental. Como resultados, almejou-se diretrizes projetuais para um modelo de mobiliário urbano adequado para esta região e que também seja possível sua aplicação em outros locais.

Palavras-chave: mobiliário urbano; alcance visual; Missões.

ABSTRACT

This dissertation addresses the use of urban furniture and its visual potential, since, since it appears as urban and functional equipment, it already carries a large amount of information about its surroundings and the environment in which it is inserted. Its scenario is the missionary region of the state of Rio Grande do Sul, with emphasis on the municipalities of São Borja, Santo Antônio das Missões, São Luiz Gonzaga and Santo Ângelo. From the concepts of Kevin Lynch (2011, 1982 and 1960) about the urban landscape and Donis A. Dondis (1991, 1997 and 2000) about the visual language, and with the support of bibliographical research, we tried to identify visual and urban elements already existing in the region and that can help in the visual range of these urban facilities. According to meteorological data and urban documents, we mapped and recognized the listed cities with the support of photographic surveys, climatic data, flow, organization and urban typologies, thus recognizing the urban profile of these cities, based on documentary research. As a result, we aim for design guidelines for a model of urban furniture suitable for this region and that its application in other places is also possible.

Key words: urban furniture; Visual reach; Missions.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Diagrama de referência projetual.....	15
Figura 2	Localização da região dentro do Estado do RS.....	17
Figura 3	Mapa de relação entre as cidades elencadas.....	19
Figura 4	Organização urbana Jesuítico-Guarani.....	19
Figura 5	Rotina urbana.....	43
Figura 6	Organograma.....	58
Figura 7	Fluxograma.....	59
Figura 8	Tipologias em área próxima à praça de eixo organizador urbano.....	60
Figura 9	Condicionantes Climáticos.....	61
Figura 10	Análise de pórtico de acesso de Santo Ângelo.....	63
Figura 11	Análise de pórtico de acesso de São Luiz Gonzaga.....	64
Figura 12	Análise de poste de iluminação de Santo Antônio das Missões.....	65
Figura 13	Análise de poste de iluminação de São Borja.....	66
Figura 14	Análise dos conceitos de Dondis.....	67
Figura 15	Análise de pórtico de acesso de Santo Ângelo.....	68
Figura 16	Análise de pórtico de acesso de São Luiz Gonzaga.....	69
Figura 17	Análise de poste de iluminação de Santo Antônio das Missões.....	70
Figura 18	Análise de poste de iluminação de São Borja.....	70
Figura 19	Análise dos conceitos de Lynch.....	71
Figura 20	Resultados obtidos através dos conceitos de Dondis e Lynch.....	72
Figura 21	Diretrizes projetuais.....	75
Figura 22	Diretrizes projetuais.....	75
Figura 23	Diretrizes projetuais.....	76
Figura 24	Comparativo de mobiliário real e o adequado.....	80

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Objetivos específicos.....	21
Quadro 2	Ocorrências encontradas nas pesquisas.....	26
Quadro 3	Objetivos e procedimentos metodológicos.....	28
Quadro 4	Elementos básicos da comunicação visual.....	36
Quadro 5	Conceitos de contraste.....	38
Quadro 6	Estrutura urbana segundo Lynch.....	48
Quadro 7	Levantamento qualitativo de mobiliário urbano existente em Santo Ângelo.	53
Quadro 8	Levantamento qualitativo de mobiliário urbano existente em São Luiz Gonzaga.....	55
Quadro 9	Levantamento qualitativo de mobiliário urbano existente em Santo Antônio das Missões.....	56
Quadro 10	Levantamento qualitativo de mobiliário urbano existente em São Borja.....	57
Quadro 11	Diretrizes projetuais.....	74

LISTA DE SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
BR	Brasil
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
PD&I	Projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
2	COMUNICAÇÃO VISUAL DE DONIS A. DONDIS.....	32
2.1	LEITURA VISUAL A PARTIR DO QUE DIZ DONIS A. DONDIS.....	33
2.2	ELEMENTOS DA COMUNICAÇÃO VISUAL.....	35
2.3	ANATOMIA DA MENSAGEM VISUAL.....	36
2.4	A DINÂMICA DO CONTRASTE.....	37
2.5	TÉCNICAS VISUAIS: ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO.....	38
2.6	A IMAGEM COMO LINGUAGEM.....	39
3	MOBILIÁRIO URBANO A PARTIR DE KEVIN LYNCH.....	42
3.1	CLASSIFICAÇÃO DO MOBILIÁRIO URBANO.....	44
3.2	ESPAÇO PÚBLICO.....	45
3.3	ESPAÇO PÚBLICO COMO IDENTIDADE CULTURAL.....	46
3.4	A IMAGEM URBANA DE KEVIN LYNCH.....	48
3.4.1	Qualidade da forma.....	49
3.4.2	Legibilidade.....	51
4	PROJETO EXECUTIVO DE MOBILIÁRIO URBANO PARA A REGIÃO DAS MISSÕES.....	52
4.1	ELEMENTOS VISUAIS DA REGIÃO E CONDICIONANTES (PORTE AO PD&I).....	52
4.1.1	Prática dos conceitos de Donis A. Dondis.....	62
4.1.2	Prática Dos Conceitos de Kevin Lynch.....	67
4.2	ANÁLISE DO MOBILIÁRIO URBANO A PARTIR DE DONDIS E LYNCH..	71
4.3	DIRETRIZES PROJETUAIS PARA MOBILIÁRIO URBANO.....	72
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	78
	REFERÊNCIAS.....	81
	APÊNDICE A – Levantamento Fotográfico.....	84

1 INTRODUÇÃO

A dissertação procura demonstrar que, desde que surge como mídia/equipamento urbano, o mobiliário urbano¹ expõe um grande potencial de informação associado à sua questão funcional. Dessa forma, considerando o ambiente ao qual está inserido, o mobiliário torna-se uma alternativa eficiente e possível como linguagem de comunicação inserida nos espaços das cidades contemporâneas. Busca abordar também o estudo das comunicações e expressões visuais, componentes visuais e um corpo comum de recursos visuais, aplicados a equipamentos urbanos com a consciência e o desejo de identificar as áreas de significado compartilhado na região das Missões.

A relação entre os diferentes tipos de mobiliários urbanos presentes nos espaços abertos pode ser considerada fator que interfere na imagem que as pessoas têm de suas cidades, contribuindo para tornar o ambiente agradável ou desagradável aos seus usuários. Embora muitas cidades não possuam a preocupação com o desenho e a implantação desses elementos, desconsiderando sua relação com outros componentes da paisagem e com os próprios usuários desses objetos, a implantação do mobiliário urbano pode trazer maior complexidade ao ambiente e contribuir para a poluição visual das cenas urbanas. Com essa falta de preocupação acontece a desvalorização dos espaços e a perda da identidade cultural do ambiente. Ao relacioná-lo com os elementos de entorno e ao ser projetado para atender determinadas funções, o mobiliário urbano influencia na percepção dos indivíduos sobre determinado espaço, tornando evidente a importância de abordar esses elementos sob o enfoque da percepção ambiental.

De modo global, a dissertação estuda a comunicação presente no mobiliário urbano na região das Missões. Os equipamentos urbanos sempre foram essenciais na urbanização das cidades ao longo da história. Podendo variar sua forma, dimensão e função, atuam como material de estímulo sobre a população, sendo um dos principais responsáveis pela imagem dos lugares, despertando o sentimento de pertencimento nas pessoas. A estrutura da dissertação contempla as diretrizes de Kevin Lynch (2011, 1982 e 1960) acerca da paisagem urbana e Donis A. Dondis (1991, 1997 e 2000) a respeito da linguagem visual.

¹ Equipamento urbano e/ou mobiliário urbano é um termo que designa bens públicos ou privados, de utilidade pública, destinados à prestação de serviços necessários ao funcionamento da cidade, implantados mediante autorização do poder público, em espaços públicos e privados. Os equipamentos comunitários funcionam como locais de socialização, segundo Decreto nº 7341 - Planalto.

Figura 1 – Diagrama de referência projetual.



Fonte: a autora.

Com a evolução das cidades, a necessidade de ação e comunicação da população também se transforma rapidamente, colocando no contexto novos elementos e reconfigurando os existentes. Sendo o mobiliário urbano integrante da paisagem urbana, a sua inserção e permanência devem ser discutidas a partir de aspectos que extrapolam os atributos intrínsecos do objeto. Nas pesquisas em espaços públicos, aspectos como a trajetória do espaço, as preexistências e o estudo do mobiliário urbano na relação com a comunidade definem sua permanência e as diretrizes de inserção onde, por vezes, o objeto de mobiliário se confirmará como ordenador funcional do espaço.

A ausência da função social dos espaços é o principal motivo do sucateamento e negligência da paisagem urbana hoje, segundo dados do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. O mobiliário urbano deve estar embasado em características que correspondam às necessidades das pessoas. Essas características definem a qualidade do projeto e do espaço a ser intervindo, segundo Reis e Lay (2006). No entanto, é necessário observar que os elementos devem também considerar as características específicas dos diversos setores urbanos, podendo haver necessidade de alteração do desenho para que exista adequação entre mobiliário urbano e ambiente, por exemplo.

A ocupação dos espaços relaciona-se quando a cultura é vinculada às pessoas pela experiência, ou seja, a cultura existirá na medida em que faz parte da vida prática cotidiana de modo objetivo e simbólico. Quando a cultura desaparece das significações, já não há mais reflexão. Portanto, aquela cultura perdeu valor como identificadora daquele povo. Neste caso, a proteção do bem cultural é registrada na oralidade e ele é protegido pela experiência cotidiana, sendo a forma mais orgânica de preservação.

Segundo Dondis (1997), a qualidade visual urbana passa imprescindivelmente pelo processo de indicação de pontos referentes à paisagem. Através dela, identifica-se os elementos que formam o cenário urbano. A partir disso, identifica-se o retorno visual que a comunicação entrega juntamente aos equipamentos urbanos.

A história das Missões Jesuíticas dos Guarani integra o processo de conquista e colonização da América pelos espanhóis, empreendida a partir dos descobrimentos, e a definição da soberania das novas terras por distintos tratados para delimitar o território marítimo, envolvendo a Igreja Católica, por meio de Custódios², segundo Santos (2022).

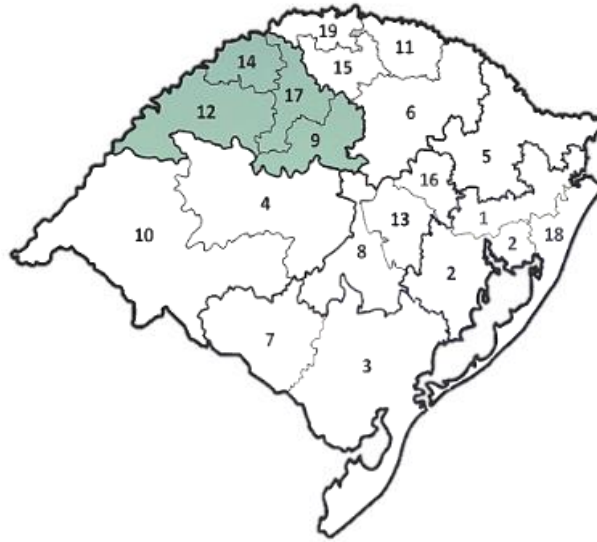
Para dominar e ocupar o imenso e desconhecido território ancestralmente habitado por civilizações estruturadas e povos tradicionais, tanto espanhóis quanto portugueses se utilizaram da Igreja Católica e de suas ordens religiosas para fazer a interlocução com os nativos, promovendo catequese e criando assentamentos ao longo do continente americano, assim, criando formas de vida e cotidiano únicos para suas vivências.

Sete Povos foi o nome que receberam os assentamentos da segunda fase de ocupação do território a oriente do Rio Uruguai, denominado “Tape”, no Rio Grande do Sul, em função do seu descontentamento à ordem de entregar seus povoados aos portugueses conforme estava previsto no Tratado de Madri, celebrado entre Portugal e Espanha. Esse fato desencadeou a Guerra Guaranítica e, como consequência, a expulsão dos jesuítas da América e, posteriormente, a extinção de sua ordem religiosa, de acordo com Santos (2022).

O território das Missões Jesuíticas dos Guarani, no Brasil, se caracteriza por possuir uma paisagem cultural de altos valores patrimoniais e ambientais, abrangendo 26 municípios do Rio Grande do Sul. As transformações ocorridas nesses sítios missioneiros ao longo de mais de dois séculos apresentam, nos dias atuais, situações distintas que podem ser caracterizadas desde aquelas onde se encontram estruturas expressivas, vestígios arqueológicos dispersos, até sítios onde se desenvolveram novas cidades.

² Religioso franciscano que assume as funções do provincial.

Figura 2- Localização da região dentro do Estado do RS



Fonte: CEPSRM (2022).

Os municípios pertencentes às Missões são:

- a) Bossoroca;
- b) Caibaté;
- c) Cerro Largo;
- d) Dezesseis de Novembro;
- e) Entre-Ijuís;
- f) Eugênio de Castro;
- g) Garruchos;
- h) Giruá;
- i) Guarani das Missões;
- j) Mato Queimado;
- k) Pirapó;
- l) Porto Xavier;
- m) Rolador;
- n) Roque Gonzales;
- o) Salvador das Missões;
- p) Santo Ângelo;
- q) Santo Antônio das Missões;
- r) São Borja;

- s) São Luiz Gonzaga;
- t) São Miguel das Missões;
- u) São Nicolau;
- v) São Paulo das Missões;
- w) São Pedro do Butiá;
- x) Sete de Setembro;
- y) Ubiretama;
- z) Vitória das Missões.

Para análise de dados foram relacionadas quatro cidades dentro da região das Missões. Como referência geográfica, elencou-se as cidades que se confrontam diretamente à BR 285 e que também mantem a mesma organização urbana das reduções. Elegeu-se um mobiliário urbano de cada cidade e analisou-se conforme um conjunto de categorias retiradas do cruzamento de conceitos de Dondis (1997) e Lynch (2011). Em geral, a tipologia urbana de cada redução era adaptada às características geográficas do local, seguindo um mesmo padrão de estrutura e um mesmo sistema básico de organização. “A tipologia urbana missioneira estruturava-se a partir de uma organização espacial formada por dois conjuntos básicos, dispostos em torno da grande praça central quadrangular, onde geralmente localizava-se a igreja no local de maior destaque do sítio” (CUSTÓDIO, 2011, p. 216). O núcleo urbano era basicamente composto pela praça central, igreja, moradias indígenas, casa dos padres, oficinas e escola, cotiguaçu³, cabildo⁴ e quinta⁵, sendo rodeado por outras estruturas como: fontes de água, olarias e pedreiras, dizem Seixas e Silva (2016). As cidades selecionadas foram São Borja, Santo Antônio das Missões, São Luiz Gonzaga e Santo Ângelo.

³ O Cotiguaçu era uma casa grande, possuía avarandados tanto na parte interna como externa. Neste local, as viúvas cuidavam dos órfãos até uma certa idade. Os jovens casavam cedo e passavam a residir com os demais.

⁴ Os "cabildos", ou conselhos municipais, eram a unidade fundamental do governo local na América espanhola colonial, diz a Enciclopédia Britannica. Era a instância responsável pelos aspectos mais ordinários do governo municipal, como policiamento, impostos e a administração da Justiça.

⁵ Atrás da igreja, havia a “quinta” dos padres, onde estavam a horta, o pomar e o jardim.

Assim, “um objeto nada é em si próprio, somente passa a ter significado quando se faz necessária a identificação de elementos”, fala Lynch (2011, p.104).

Na problemática abordada por esta dissertação, a situação dos equipamentos urbanos encontrados na região missioneira é semelhante a de grande parte das cidades brasileiras de mesmo porte, onde encontram-se equipamentos antigos, sucateados, inadequados para o seu uso e sem identidade cultural.

Um elemento urbano adequado ao seu espaço e utilização pode separar e orientar a circulação de pedestres e veículos, oferecer áreas de descanso e lazer, embelezar a paisagem urbana, proporcionar serviços de utilidade pública, sustentar peças de comunicação e ser a própria identificação, visto que o próprio equipamento estabelece um espaço público, entre tantas outras funções.

Além de eficiência e funcionalidade, o mobiliário urbano deve promover experiências agradáveis aos seus usuários. No que se refere ao espaço, as qualidades efetivas de um ambiente são aspectos importantes para a tomada de decisões de onde ir, retornar ou não a um determinado lugar, e podem ser utilizadas para a comparação de um lugar ao outro. Dondis traz à tona o chamado **alcance visual**, que se refere a qualidades que aumentam o âmbito e a penetração da visão, tanto concreta quanto simbolicamente. Incluem as transparências, sobreposições, vistas e panoramas que aumentam a profundidade de visão, elementos de articulação que explicam visualmente um espaço, concavidade.

O mobiliário urbano faz parte do entorno e suas características podem contribuir com a identidade de várias áreas urbanas. A realidade da região missioneira, hoje, é de cidades completamente descaracterizadas, onde não há qualquer tipo de identidade cultural no meio urbano. Através de análise fotográfica realizada ainda no PD&I, não identificou-se nenhum tipo de elemento urbano com informações e atributos visuais que caracterizem a região. Conceitos são levantados sobre espaços públicos, onde a conservação da herança cultural mostra-se com grande destaque. Lynch (2011, p.58) afirma que “a imagem da cidade é formada por três componentes: identidade, estrutura e significado”. A identificação de uma área, sua diferenciação de outra, sua personalidade e individualidade são chamadas por Lynch de “identidade”. O observador deve ser capaz de captar significado nesta imagem, seja ele prático ou emocional.

O conceito de identidade, segundo Lynch (2011, p.60), é uma necessidade comum para todas as pessoas, pois é a relação do ambiente consigo mesmo. Parte da identidade total da pessoa e envolve identificação com os lugares. O grau pelo qual um determinado espaço é lembrado e identificado pelas pessoas é o que mede o grau de identidade local. Quanto mais

reconhecível, vivido, memorável ou embutido de atenção for o local, mais clara será a formação de identidade local. O processo de formação de identidade com determinado local pode ser favorecido pela educação e treinamento do observador. O desenho da cidade é como uma arte atemporal, onde o ritmo é percebido de maneira individual pelas pessoas como um cenário que muda a cada instante, abrindo possibilidades para ser explorado.

Quanto ao consumo visual da cultura e espaço, Canclini (1989) afirma que o patrimônio é teatralizado em forma de comemorações, museus e monumentos. Na América, a cultura tem sido tratada de maneira predominantemente visual. Ser culto é ter um conjunto de conhecimentos iconográficos em sua grande maioria, sobre a história, e também participar dos cenários onde o poder faz com que a sociedade seja ela mesma o espetáculo da sua origem. A teatralização do patrimônio é um esforço para simular que existe uma origem: esta é a base das políticas culturais autoritárias. Celebra-se o patrimônio histórico através dos acontecimentos fundadores, dos heróis e objetos adornados relacionados a eles.

Dito isto, chegou-se no problema central desta dissertação: quais os elementos de comunicação visual presentes no mobiliário urbano da região missioneira e como é possível potencializar o seu alcance visual?

Como objetivo geral, procurou-se identificar fatores que influenciam na entrega visual do mobiliário urbano da região missioneira.

Quadro 1 - Objetivos específicos

Objetivos Específicos		
	Donis A. Dondis	Kevin Lynch
Investigar	A comunicação visual segundo elementos básicos da autora;	A imagibilidade e legibilidade;
Apontar	A relação dos conceitos encontrados com o mobiliário urbano;	A capacidade de um objeto físico de transmitir uma imagem referência para um observador, através da imagibilidade;
		A “facilidade” com que cada uma das partes da cidade pode ser reconhecida e organizada em um padrão coerente, através da legibilidade;
Identificar	Padrões de organização aplicáveis aos equipamentos urbanos; Elencar diretrizes projetuais para o mobiliário urbano da região missioneira.	

Fonte: a autora.

Pela natureza e múltiplas possibilidades que o objeto de estudo disponibiliza e pela delimitação do tema pesquisado, adotou-se, enquanto abordagem metodológica, as pesquisas

qualitativa/descritiva, tendo aporte ao conteúdo levantado no PD&I; análise dos equipamentos urbanos encontrados na região; pesquisa quantitativa com aporte ao conteúdo levantado no PD&I; número e diversidade de equipamentos urbanos encontrados na região; pesquisa documental para conferência de plantas, planos diretores, códigos de obras, códigos de edificações, códigos de posturas, arquivos, entre outros; e pesquisa bibliográfica centralizada nas obras de Kevin Lynch e Donis A. Dondis em “A imagem da cidade” (2011) e “Sintaxe da linguagem visual” (1997), respectivamente, além de consultas no Portal da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, o Catálogo de Teses, Dissertações e Periódicos da CAPES.

A escolha dessa abordagem se dá em razão do nosso interesse em interpretar os fenômenos estudados nesta pesquisa, atribuindo significados a eles. Com isso, segmentou-se a pesquisa em três blocos distintos:

- [1] Aporte à natureza com ênfase no que foi visto no PD&I;
- [2] Aporte à legislação vigente;
- [3] Aporte aos autores e conceitos;
- [4] Estado da Arte.

Pesquisar dados e informações sobre características da região. Identificar a influência da cultura missioneira no mobiliário existente; investigar sobre comunicação visual como apoio para o desenvolvimento do mobiliário urbano; analisar o entorno e as influências urbanas da região, a fim de identificar influências da cultura missioneira já impressas e presentes no cotidiano das pessoas desta região.

Investigar o cenário atual da região missioneira, reunir dados pertinentes ao escopo da pesquisa. Apresentar tópicos relacionados ao urbanismo, ao mobiliário urbano e à comunicação. Expor a escolha da área, com seus dados demográficos e sociais da cidade, bem como as características físicas, principalmente quanto aos equipamentos urbanos nas categorias de infraestrutura, informação e comunicação visual. Assim, caracterizar as unidades de análise para a pesquisa, fundamentando os critérios para seleção destas unidades. Por fim, analisar sob os aspectos histórico, funcional, estrutural, de localização, de identificação, de público-alvo, ergonômico, material e de conjunto.

- [1] Aporte à natureza com ênfase no que foi visto no PD&I:

Analisar dos equipamentos urbanos encontrados na região, buscar abordar o padrão de mobiliário urbano e a relação com os usuários e o ambiente, procurar definir padrões, conceitos e estratégias para o desenvolvimento de elementos de mobiliário urbano para a região missioneira. A falta de critérios claros de localização, de desenho e de dimensionamento para objetos urbanos afeta a qualidade dos espaços, gerando poluição visual, dificuldades de uso e

de circulação dos usuários. Neste cenário, necessidades precisam ser atendidas integrando conforto, segurança, funcionalidade, identidade cultural, legibilidade e acessibilidade dos espaços, a fim de garantir satisfação dos usuários e adequação dos elementos urbanos à cidade. Para atender a essas necessidades, é necessário procurar um padrão de práticas e conceitos aplicável a produtos de mobiliário urbano, visando a flexibilidade, a modularidade, a padronização e identidade para a região.

Identificar a influência da cultura missioneira no mobiliário existente, através de pesquisa de campo realizada no período de execução do PD&I, e retomada durante a dissertação. Visitas às cidades de São Borja, Santo Antônio das Missões, São Luiz Gonzaga e Santo Ângelo, onde realizou-se levantamento fotográfico e de medidas, a fim de obter dados que nos exponham um padrão de mobiliário urbano desta região.

[2] Aporte à legislação vigente:

Recorrer a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, utilizar material meteorológico, documentos oficiais de catalogação urbana e projetos de arquitetura e urbanismo, isso tudo tendo em vista os condicionantes do projeto. Pesquisar documentos sobre o histórico climático e documentos em relação a plantas baixas e arquivos urbanos. Essa é uma fase importante para a fundamentação do projeto, pois ela indica condicionantes climáticos, legais e espaciais, os quais considera-se no processo de criação da “persona”, neste caso, os equipamentos urbanos, e elencar elementos ordenadores ao projeto. Atentar para o direcionamento das diversas portarias em vigor, algumas delas já estabelecidas por leis específicas, como:

- a) Código de Posturas;
- b) Perímetro Urbano;
- c) Plano Diretor;
- d) Perímetro Sítio Arqueológico;
- e) Parcelamento do Solo Urbano;
- f) Proteção do Patrimônio Arquitetônico Histórico e Cultural;
- g) Código de Obras;
- h) Uso do Solo;
- i) Atividades Uso do Solo;
- j) Mobilidade Urbana;
- k) Normas de Proteção e Promoção da Arborização;
- l) BR - Lei Federal 6938-1981 - Política Nacional do Meio Ambiente.

[3] Aporte aos autores e conceitos:

Lynch em “A imagem da cidade” fala que a análise isolada, ou descontextualizada, do mobiliário urbano é incompleta por impossibilitar a leitura da identidade que um conjunto desses elementos pode garantir ao espaço público no qual está inserido. Por outro lado, permite análises comparativas dos aspectos formais e ergonômicos dos elementos, Mourthé (1998).

Lynch (2002), ao referir-se à identidade, salienta a diferença do termo em relação à igualdade com alguma coisa e, sim, significando individualidade ou unicidade. Desta forma, a identidade de um espaço também pode ser determinada pelo conjunto de elementos que constituem o mobiliário urbano, assim como pelas suas edificações e características urbanas, pelas atividades e uso do espaço. Conhecidos exemplos de mobiliário urbano contribuem para o reconhecimento e a identificação de suas cidades: cabine telefônica de Londres, entrada do metrô de Paris e o container de papel de Nova York, diz Creus (2002). Eles são exemplos de traços peculiares que possibilitam identidades próprias das cidades ao passo que os “apelos globais” ameaçam descaracterizá-las (FERRARRA, 2002, p. 12). A identidade única aferida aos espaços públicos e aos elementos que o constituem também contribui no sentido de estimular a economia local e a realçar a história ou a cultura de uma determinada comunidade, segundo Miiguet (2007).

Ainda que em escala reduzida, o mobiliário urbano assume um importante papel como referência visual, contribuindo para a legibilidade da cidade sugerida por Lynch (MOURTHÉ, 1998). A legibilidade é uma característica visual importante para que a cidade seja perceptível e esteticamente agradável, relata Lynch (2011). Este autor classifica cinco tipos de elementos (objetos físicos perceptíveis) atuantes sobre a legibilidade das cidades: vias, limites, bairros, pontos nodais e marcos, onde está inserido o mobiliário urbano, Lynch (2011). Segundo ele, “marcos” é o conjunto de elementos urbanos que “preenchem a imagem da maioria dos observadores” (anúncios e sinais, fachadas de lojas, árvores, maçanetas de portas, entre outros), parecendo se tornarem “mais confiáveis à medida que o trajeto vai ficando cada vez mais conhecido” (LYNCH, 2002, p.53). Salíngaros (1999) se refere a esse conjunto de objetos físicos, citados por Lynch (2002), como o “campo de informação” do espaço urbano, gerado por superfícies, como fachadas de edificações, pavimentação e nós.

Conclui-se que o mobiliário urbano e seu cenário de uso são aliados à identidade e legibilidade das cidades, pois a cidade legível é uma cidade onde bairros, marcos e passagens se diferenciam facilmente e facilmente se agrupam em imagem íntegra, Lynch (2002).

Além do exposto, a flexibilidade do espaço, que interfere na forma como ele é utilizado para diferentes propósitos (REIS; LAY, 2006; FREITAS, 2008), pode estar relacionada à modificação dos objetos físicos perceptíveis citados (LYNCH, 2002; SALÍNGAROS, 1999).

Conforme observou-se, o mobiliário urbano, assim como outros produtos, podem ser um objeto em análise nos estudos sobre design emocional. Diversos elementos projetáveis, como a vegetação e o uso de determinadas formas, podem ser compreendidos como gatilhos para despertar certas emoções. Assim, compreendendo tais gatilhos, será possível delinear apontamentos e diretrizes para despertar emoções positivas ou evitar emoções negativas na interação de usuários com o mobiliário urbano em espaços públicos.

Donis A. Dondis, em “Sintaxe da linguagem visual”, trata dos atributos visuais descritos por Dondis (2000) e que são os conceitos que servem de base para a análise das cenas selecionadas para o trabalho. Segundo Dondis (2000), é através da energia dessas técnicas de comunicação visual, fundamentadas muito nas teorias da percepção da forma da Gestalt⁷, que as composições visuais adquirem forma. Essas técnicas se constituem sempre numa relação de opostos, mas não mutuamente excludentes. Os atributos descritos e exemplificados posteriormente são: equilíbrio/instabilidade; simetria/assimetria; regularidade/irregularidade; simplicidade/complexidade; unidade/fragmentação; minimização/exagero; previsibilidade/espontaneidade; neutralidade/ênfase; transparência/opacidade; exatidão/distorção; planura/profundidade; singularidade/justaposição; agudeza/difusão; repetição/episodicidade.

[4] Portal da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, o Catálogo de Teses, Dissertações e Periódicos da CAPES:

Nossa pesquisa foi demarcada pela articulação de buscas, a existência de trabalhos relacionados à nossa proposta, explorando lacunas e oportunidades teórico-metodológicas. Para empreender cada busca, utilizou-se o portal da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, o Catálogo de Teses, Dissertações e Periódicos da CAPES. Sua operacionalização foi possível pela combinação de um conjunto de onze palavras-chave, sendo elas:

- a) análise visual;
- b) comunicação visual;
- c) desenho urbano patrimônio.
- d) equipamento urbano;

⁷ A Teoria da Gestalt estuda a percepção e a sensação do movimento, os processos psicológicos envolvidos diante de um estímulo e como este é percebido pelo sujeito.

- e) espaço público;
- f) imagem da cidade;
- g) leitura visual;
- h) linguagem visual;
- i) meio urbano;
- j) mobiliário urbano;
- k) paisagem urbana.

Foram selecionados trabalhos entre teses e dissertações que contassem com duas ou mais das combinações elencadas em seus títulos, palavras-chave ou tema. Com isso, reuniu-se os seguintes dados:

Quadro 2 - Ocorrências encontradas nas pesquisas

Pesquisa	Ocorrência pertinente
Análise visual	1
Comunicação visual	2
Desenho urbano patrimônio	1
Equipamento urbano	5
Espaço público	3
Imagem da cidade	2
Leitura visual	3
Linguagem visual	1
Meio urbano	1
Mobiliário urbano	4
Paisagem urbana	1

Fonte: a autora

Os trabalhos encontrados colaboram prioritariamente para o planejamento urbano e, por extensão, para o planejamento regional. Em segundo plano encontra-se a comunicação visual abordada de maneira sucinta nos projetos. Com isso, a ação inovadora é também abordada no campo da Comunicação em conjunto ao urbanismo, a partir da ressignificação de seus processos, profissionais e práticas. Os autores centrais desta dissertação foram os que tiveram maior ocorrências nas pesquisas.

Procurou-se identificar fatores que influenciam na entrega visual do mobiliário urbano da região missioneira. Dessa forma, buscar e identificar a influência da cultura missioneira no mobiliário existente, através de pesquisa de campo realizada no período de execução do PD&I,

e retomada durante esta dissertação. Visitas às cidades de São Borja, Santo Antônio das Missões, São Luiz Gonzaga e Santo Ângelo, no período de elaboração do PD&I, onde realizou-se um levantamento fotográfico e de medidas, a fim de obter dados que nos exponham um padrão de mobiliário urbano desta região. Já no andamento da dissertação, a partir dos conceitos de Lynch (2011) e Dondis (1997), encontrar padrões e ocorrências de fatores já existentes no mobiliário urbano da região e de diretrizes para relacionar aos equipamentos urbanos destas cidades.

Abaixo encontra-se a tabela 3, onde acolheu-se os objetivos e métodos a partir dos conceitos de Lynch (2011) e Dondis (1997). Os métodos separam-se em três itens principais: Investigar, Apontar e Identificar. Investiga-se a comunicação visual segundo elementos básicos de Dondis (1997) e imagibilidade e legibilidade de Lynch (2011); os procedimentos estabelecidos são aporte à natureza com ênfase no que foi visto no PD&I, aporte à legislação vigente e aporte aos autores e conceitos, por meio das pesquisas bibliográfica e documental. Aponta-se a relação dos conceitos encontrados com o mobiliário urbano de Dondis (1997) e a capacidade de um objeto físico de transmitir uma imagem referência para um observador, através da imagibilidade e a “facilidade” com que cada uma das partes da cidade pode ser reconhecida e organizada em um padrão coerente, através da legibilidade de Lynch (2011), por meio da pesquisa bibliográfica. Identificam-se padrões de organização aplicáveis aos equipamentos urbanos através da legislação vigente e os autores e conceitos, como base das pesquisas bibliográfica e documental. Entre colchetes estão demarcadas a classificação metodológica vista anteriormente para melhor entendimento da tabela e seus conceitos.

Quadro 3 - Objetivos e procedimentos metodológicos (continua).

		Objetivos e Métodos		
	Donis A. Dondis	Kevin Lynch	Procedimento	Metodologia
Investigar	A comunicação visual segundo elementos básicos da autora	A imagibilidade e legibilidade	[3] [4] Leitura visual a partir do que diz Donis A. Dondis [3] [4] Elementos da comunicação visual [3] [4] A dinâmica do contraste [3] [4] Classificação do Mobiliário Urbano	PESQUISA BIBLIOGRÁFICA E PESQUISA DOCUMENTAL
Apontar	A relação dos conceitos encontrados com o mobiliário urbano	A capacidade de um objeto físico de transmitir uma imagem referência para um observador, através da imagibilidade	[3] [4] Espaço público [3] [4] Espaço público como identidade cultural [3] [4] A imagem urbana de Kevin Lynch [3] [4] A imagem como linguagem [3] Anatomia da mensagem visual	PESQUISA BIBLIOGRÁFICA
		A “facilidade” com que cada uma das partes da cidade pode ser reconhecida e organizada em um padrão coerente, através da legibilidade	[3] [4] Qualidade da forma [3] [4] Legibilidade [3] [4] Técnicas visuais: estratégias de comunicação	PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

Quadro 3 – Objetivos e procedimentos metodológicos (conclusão).

Identificar	Padrões de organização aplicáveis aos equipamentos urbanos	[1][2][4] Elementos visuais da região e condicionantes (Aporte ao PD&I) [3] Prática dos conceitos de Donis A. Dondis [3] Prática dos conceitos de Kevin Lynch [3][4] Análise do mobiliário urbano a partir de Dondis e Lynch	PESQUISA BIBLIOGRÁFICA E PESQUISA DOCUMENTAL
	Elencar diretrizes projetuais para o mobiliário urbano da região missioneira	[1] [2] [3] [4] Aporte aos autores e conceitos de Kevin Lynch e Donis A Dondis	PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

Fonte: a autora

A região missioneira, dentro do contexto apresentado, possui elementos de mobiliário urbano que podem ser considerados inadequados, não atendendo às necessidades da cidade sob a perspectiva do usuário. Exemplificando, pode-se identificar em suas ruas tipologias diversas de abrigos de ônibus que não atendem à função de proteção contra as intempéries, não fornecem conforto ao usuário, dificultam a acessibilidade do espaço e, ainda, colaboram para gerar interferências visuais negativas na cidade.

Os equipamentos urbanos são parte integrante da dinâmica da vida urbana, embora não pareçam ser tratados com a devida atenção. Em alguns estudos, chegam a ser rapidamente mencionados, entretanto, dificilmente merecem mais de um parágrafo ou uma nota dizendo que "devem ser estudados posteriormente". Este visível descaso faz emergir uma lacuna tanto nos estudos de configuração urbana quanto no design, áreas de conhecimento que poderiam abrigar um estudo sistemático da questão.

A leitura da paisagem urbana tem como prioridade a visão do observador em movimento e o uso cotidiano da cidade através da imagem, sua representação e percepção existente. Para Lynch (2011), a cidade moderna tornou-se mais palpável do que nunca, com imagens e lugares selecionados, cada vez mais ocupada com os equipamentos urbanos.

Lynch (2011) escreve sobre a percepção dos ambientes urbanos e sobre como analisar e melhorar as formas visuais de uma cidade, algo que ainda é amplamente utilizado em estudos de design urbano hoje em dia.

Olhar para a cidade pode dar um prazer especial, por mais comum que possa ser o panorama. Como obra arquitetônica, a cidade é uma construção no espaço, mas uma construção em grande escala; uma coisa só percebida no decorrer de longos períodos

de tempo. O design de uma cidade é, portanto, uma arte temporal, mas raramente pode usar as sequências controladas e limitadas das outras artes temporais, como a música, por exemplo. Em ocasiões diferentes e para pessoas diferentes, as consequências são invertidas, interrompidas, abandonadas e atravessadas. A cidade é vista sob todas as luzes e condições atmosféricas possíveis. (LYNCH, 2011, p. 1).

Lynch (2011) fala que a percepção da cidade pelas pessoas é feita aos poucos, pois levando em consideração a escala das cidades, seria impossível conhecê-la de uma só vez. Sendo assim, o tempo é um elemento essencial na percepção e entendimento da cidade, bem como a individualidade de cada um, visto que as experiências são sentidas de forma diferente com a cidade de acordo com suas particularidades.

Dondis (2000) trata dos elementos básicos da comunicação visual: o ponto, a linha, a forma, a direção, o tom, a cor, a textura, a dimensão, a escala e o movimento. Verificou-se a força que a correta compreensão dos elementos visuais pode ter quando corretamente empregados, dando força às ideias originalmente expressas na forma de outras linguagens. A linguagem visual pode expressar grande número de conceitos de forma muito rápida e pode extrapolar as fronteiras da linguagem urbana e chegar ao entendimento de diferentes culturas, povos e pessoas.

Com isso, os princípios básicos definidos no estudo da forma da cidade, desenvolvidos por Lynch e a sintaxe visual por Dondis (2000), são os pontos de visão que devem ser associados a conceitos como legibilidade, imagibilidade e visualidade para permitirem o entendimento da paisagem urbana. O dinamismo visual como categoria nos espaços urbanos, associado ao movimento que os autores utilizam. Os conceitos propostos pelo pensamento situacionista também nortearão referenciais teóricos da pesquisa, tais como: imagem, comunicação visual e cotidiano urbano. Menezes (1996) também fala da visualidade, que implica acesso necessário para a fruição do bem, em particular dos diversos valores que especificamente tenham sido declarados como razão para a ação protetora do estado. O acesso visual, portanto, significa, antes de mais nada, ponte perceptiva, assim como a maior disponibilidade possível de fruição (em grande parte visual). O beneficiário da observação/fruição visual, por certo, não pode ser circunscrito ao morador local, mas deve ampliar-se para todo cidadão que pratique o espaço em causa: é, portanto, prioritariamente o passante, o pedestre.

A partir deste ponto, a dissertação irá apresentar 4 capítulos. Sendo abordadas no próximo capítulo as discussões sobre comunicação visual, a partir do que defende Dondis (1991). Posteriormente, serão abordados os conceitos sobre mobiliário urbano, sob os olhos de Kevin Lynch (2011) e, após, iniciará discussões sobre o cenário regional missionário e os

conceitos apresentados. Ainda apresentare-se recomendações de como pode-se potencializar seu alcance visual, seguido das considerações finais.

2 COMUNICAÇÃO VISUAL DE DONIS A. DONDIS

Este capítulo procura demonstrar que, desde que surge como mídia/equipamento urbano, o mobiliário urbano expõe um grande potencial de informação associado à sua questão funcional. Dessa forma, considerando o meio ao qual está inserido neste contexto urbano, o mobiliário torna-se uma alternativa eficiente e possível como linguagem de comunicação inserida nos espaços das cidades contemporâneas.

Donis A. Dondis (1924 - 1984) foi uma desenhista com formação na tradicional Faculdade de Artes de Massachussets. Foi professora da Escola de Comunicação Pública da Universidade de Boston. O livro *Sintaxe da Linguagem Visual* foi publicado em 1973 sob o título em inglês *A Primer of Visual Literacy*. A autora aborda também o alfabetismo visual, onde visa formar comunicadores visuais com posicionamento crítico, tarefa atribuída aos educadores visuais e aos profissionais que trabalham com expressão gráfica.

Dondis (1991) classifica a comunicação externa em três grupos: o que localiza e identifica os estabelecimentos comerciais, os que informam e promovem atividades, ou mídia única, criada exclusivamente para o meio exterior. O mobiliário urbano está conceituado nesta última opção, através da Comunicação Visual, um facilitador no processo de identificação dos locais de uso, que contribui com o reconhecimento de novos locais da cidade, potencializando a região de sua implantação.

A autora demonstra a força que a correta compreensão dos elementos visuais pode ter quando eles são corretamente empregados, dando força às ideias originalmente expressas na forma de outras linguagens. A linguagem visual pode expressar grande número de conceitos de forma muito rápida e pode extrapolar as fronteiras da linguagem, falada ou escrita, e chegar ao entendimento de diferentes culturas, povos e pessoas.

Os estudos sobre análise visual direcionam-se, sobretudo, para as qualidades visuais existentes no meio ambiente urbano e nos componentes que formam a sua paisagem, enquanto que a área de percepção visual trata de como os elementos desta paisagem são percebidos por seus usuários. Talvez por esta razão e proximidade, costuma-se associar a ideia de análise visual urbana à ideia de imagem urbana, segundo Cosgrove (1993).

Para Lynch (1982, p.7), “as imagens ambientais são o resultado de um processo bilateral entre observador e seu ambiente. Ele sugere especificidades e relações, e o observador seleciona, organiza e confere significado àquilo que vê”. A imagem assim desenvolvida limita e enfatiza o que é visto, enquanto a imagem em si é testada, num processo constante de

interação, contra a informação perceptiva filtrada. Desse modo, a imagem de uma determinada realidade pode variar significativamente entre observadores diferentes.

Elaborar um conceito de imagem pressupõe relacioná-la com o fenômeno da percepção humana, pensando em como os sujeitos criam, assimilam e percebem uma imagem. Desta forma, quando se fala na imagem de um objeto, esta não é, necessariamente, uma imagem visual, ou condicionada à percepção visual no sentido fisiológico, visto que a imagem de um objeto também pode ser tátil, sonora, olfativa, de memória, entre outras formas que possibilitam a sua formação ou a ideia de imagem, segundo Faccioni (2003).

Quando se investiga uma imagem visual, deve-se inicialmente atentar para o aspecto perceptivo do sujeito que visualiza e percebe a imagem. O componente perceptivo é o modo como se processa a formação da imagem no sujeito, e como esta é percebida em suas diversas variações, uma vez que existem dois elementos fundamentais presentes no conceito de imagem visual, que segundo Casasús (1979, p. 34) são “a forma objetiva do representado e a percepção visual do sujeito receptor”.

Deste modo, interessam tanto as características formais do objeto material, quanto a maneira como estas formas são percebidas. É importante lembrar a existência de outro componente que deve ser considerado no estudo da imagem: a mensagem, ou o que é expresso na mensagem, que vem a ser o seu significado, mas que não é objeto deste estudo. De forma bastante sintética, são estes os elementos básicos que envolvem o estudo da imagem visual.

2.1 LEITURA VISUAL A PARTIR DO QUE DIZ DONIS A. DONDIS

A base teórica fundamenta-se em Dondis (1991, 1997 e 2001). O representacional, o abstrato e o simbólico são os níveis da anatomia visual, que segundo a autora, estão interligados no processo de criação, percepção e julgamento de mensagens visuais. A concepção de personagens permite avançar no entendimento de como ocorre a criação de mensagens visuais, considerando a metodologia proposta pela autora. Munari (1997) e Wong (2001) mencionam que a simetria e a repetição são princípios iniciais utilizados no desenvolvimento de composições visuais. A simetria e a repetição resultam em imagens harmônicas e equilibradas.

A metodologia criada por Dondis (1997) para o estudo da linguagem visual tem como fundamento que a sintaxe visual é complexa, para tanto, cada parte deve ser pensada em relação ao todo a partir dos seguintes requisitos:

- a) **conhecer** as linhas gerais para a criação de composições visuais, no entendimento de que cada composição tem sua particularidade;
- b) **dominar** o uso dos elementos básicos e a relação entre eles;
- c) **associar** os elementos básicos com as técnicas manipulativas para criação de mensagens visuais.

No que diz respeito ao domínio dos elementos visuais, o ponto, a linha, a forma, a direção, o tom, a cor, a textura, a escala ou proporção, a dimensão e o movimento, cada elemento tem ligação com o tema representado. Consequentemente, no exame da composição visual não tem como separar o nível representacional dos outros dois: o simbólico e o abstrato.

Em todos os estímulos visuais e em todos os níveis da inteligência visual, o significado pode encontrar-se não apenas nos dados representacionais, na informação ambiental e nos símbolos, inclusive a linguagem, mas também nas forças compositivas que existem ou coexistem com a expressão factual e visual. Qualquer acontecimento visual é uma forma com conteúdo, mas o conteúdo é extremamente influenciado pela importância das partes constitutivas, como a cor, o tom, a textura, a dimensão, a proporção e suas relações compositivas com o significado (DONDIS, 1997, p. 22).

Dondis (1997) classifica os tipos de técnicas visuais pela lógica do contraste, já que para a autora o contraste é uma força que torna a composição mais visível. “O significado visual, tal como é transmitido pela composição, pela manipulação dos elementos e pelas técnicas visuais, implica numa enorme somatória de fatores e forças específicas. A técnica fundamental sem dúvida é o contraste” (p.137). Seguido do contraste, o elemento mais importante das técnicas visuais é o equilíbrio que está diretamente relacionado com a simetria. “O equilíbrio é o elemento mais importante das técnicas visuais. Sua importância fundamental baseia-se no funcionamento da percepção humana e na enorme necessidade de sua presença, tanto no design quanto na reação diante de uma manifestação visual” (p. 141).

O equilíbrio pode ser obtido pela simetria ou assimetria. A simetria é equilíbrio axial, esse recurso é lógico e simples. Contudo, o equilíbrio alcançado por compensação é complexo, pois se aplica variação de elementos e posições. Outra técnica associada ao equilíbrio é a regularidade, que se caracteriza pela uniformidade dos elementos, os quais são distribuídos de maneira constante e invariável. A regularidade também gera composições elementares, que resulta na polaridade simplicidade-complexidade. Para Dondis (1997), a técnica visual de simplicidade é oposta à de complexidade, “compreende uma complexidade visual constituída por inúmeras unidades e forças elementares, e resulta num difícil processo de organização do significado no âmbito de um determinado padrão” (p.144).

2.2 ELEMENTOS DA COMUNICAÇÃO VISUAL

A comunicação é o elo de ligação entre as pessoas. Comunicar é informar, transmitir uma mensagem. A comunicação visual, tal como o próprio nome indica, é transmitir essa mesma mensagem, mas através da imagem. Sem dúvida, um campo muito abrangente que dispõe dos mais variados elementos, os chamados elementos básicos da comunicação visual.

Os elementos básicos da comunicação visual constituem a substância básica do que se vê. Uma das maneiras de se analisar uma obra visual consiste em decompô-la em seus elementos constituintes para compreender melhor o conjunto. Estes elementos podem ser classificados em: conceituais, visuais e relacionais, auxiliando na sua interpretação e criação de mensagens visuais. Em suma, os elementos básicos da comunicação visual formam um conjunto de tudo o que vê-se. São eles que formam imagens e podem ser utilizados de maneira estratégica, sempre que for necessário.

Os elementos visuais constituem a substância básica daquilo que vemos, e seu número é reduzido: o ponto, a linha, a forma, a direção, o tom, a cor, a textura, a dimensão, a escala e o movimento. Por poucos que sejam, são a matéria-prima de toda informação visual em termos de opções e combinações seletivas. A estrutura da obra visual é a força que determina quais elementos visuais estão presentes, e com qual ênfase essa presença ocorre. (DONDIS, 1997, p.51).

Quadro 4 - Elementos básicos da comunicação visual

Elemento	Definição
O ponto	O ponto é a unidade de comunicação visual mais simples e irredutivelmente mínima.
A linha	Quando os pontos estão tão próximos entre si que se torna impossível identificá-los individualmente, aumentando a sensação de direção, e a cadeia de pontos se transforma em outro elemento visual distintivo: a linha
A forma	A linha descreve uma forma. Na linguagem das artes visuais, a linha articula a complexidade da forma. Existem três formas básicas: o quadrado, o círculo e o triângulo equilátero.
A direção	Todas as formas básicas expressam três direções visuais básicas e significativas: o quadrado, a horizontal e a vertical, o triângulo, a diagonal, o círculo, a curva.
O tom	As margens com que se usa a linha para representar um esboço rápido ou um minucioso projeto mecânico aparecem, na maior parte dos casos, em forma de justaposição de tons, ou seja, de intensidade da obscuridade ou claridade de qualquer coisa vista.
A cor	Existem muitas teorias da cor. A cor, tanto da luz quanto do pigmento, tem um comportamento único, mas nosso conhecimento da cor na comunicação visual vai muito pouco além da coleta de observações de nossas reações a ela.
A textura	A textura é o elemento visual que com frequência serve de substituto para as qualidades de outro sentido, o tato.
A dimensão	A representação da dimensão em formatos visuais bidimensionais também depende da ilusão.
A escala	Todos os elementos visuais são capazes de se modificar e se definir uns aos outros.
O movimento	Como no caso da dimensão, o elemento visual do movimento se encontra mais frequentemente implícito do que explícito no modo visual.

Fonte: a autora.

2.3 ANATOMIA DA MENSAGEM VISUAL

Dondis (1997), ao tratar da anatomia da mensagem visual, classifica-a em três níveis: representacional, abstrata e simbólica. Dos três níveis, o mais elementar é o representacional (figurativo) e o mais complexo é o abstrato. A composição representacional trata de modelos concretos e reais. A composição abstrata trata da mensagem visual pura, da subestrutura: ponto, linhas e planos, logo, é o nível mais importante para o desenvolvimento do alfabetismo visual. Segundo a autora, “o alfabetismo visual implica compreensão, e meios de ver e compartilhar o significado a um certo nível de universalidade” (DONDIS, 1997, p. 227). E ainda, “alfabetismo visual significa uma inteligência visual” (DONDIS, 1997, p. 231). O conhecimento da linguagem visual conduz ao alfabetismo visual, que mesmo não sendo fundamentado em regras, conceitos e preceitos exatos, pode ser ensinado. Dondis (1997) não concorda com a dicotomia belas-artes versus artes aplicadas, ao argumentar que os educadores visuais não conduzam suas

práticas baseadas no discurso da genialidade do artista, e ao defender que a estética e a funcionalidade sejam atributos dos profissionais que atuam na área de comunicação visual.

A metodologia criada por Dondis (1997) para o estudo da linguagem visual tem como fundamento que a sintaxe visual é complexa, para tanto, cada parte deve ser pensada em relação ao todo a partir dos seguintes requisitos: conhecer, dominar e associar.

Expressamos e recebemos mensagens visuais em três níveis: o representacional — aquilo que vemos e identificamos com base no meio ambiente e na experiência; o abstrato — a qualidade cinestésica de um fato visual reduzido a seus componentes visuais básicos e elementares, enfatizando os meios mais diretos, emocionais e mesmo primitivos da criação de mensagens, e o simbólico — o vasto universo de sistemas de símbolos codificados que o homem criou arbitrariamente e ao qual atribuiu significados. Todos esses níveis de resgate de informações são interligados e se sobrepõem, mas é possível estabelecer distinções suficientes entre eles, de tal modo que possam ser analisados tanto em termos de seu valor como tática potencial para a criação de mensagens quanto em termos de sua qualidade no processo da visão. (DONDIS, 1997, p.58).

2.4 A DINÂMICA DO CONTRASTE

O contraste é uma força de oposição ao apetite humano de equilíbrio estável. Desequilibra, choca, estimula, chama a atenção. Por isso, deve haver um efeito de harmonia e equilíbrio, sem equívocos nem fatores que possam perturbar o observador, organização da complexidade.

Percepção e classificação de padrões, com o objetivo de compreendê-los ou reconhecê-los. O contraste tem o papel de estimular e atrair a atenção do observador, além de interferir no significado, tornando-o mais dinâmico e importante.

A organização de estímulos visuais com o objetivo de obter um estímulo intenso é o que se caracteriza como contraste, a supressão do superficial e desnecessário, que leva ao enfoque natural do essencial.

Rebrandt (2004) descartava os tons intermediários para acentuar e realçar seu tema com um aspecto majestoso e teatral. A incrível riqueza dos resultados é um argumento forte para o entendimento e a utilização do contraste.

- a) controle dos efeitos visuais = controle do significado;
- b) manifestação visual é a expressão, a transmissão de ideias, informações e sentimentos;
- c) o contraste é o aguçador de todo o significado, é o definidor das ideias;

- d) qualquer que seja o efeito pretendido, a informação básica deve ocupar uma superfície grande e desproporcional do campo a ela dedicado.

Os opostos parecem ser ainda mais intensamente eles mesmos quando pensa-se neles em termos de sua singularidade. Ao comparar-se dessemelhantes, aguça-se o significado de ambos os opostos.

Quadro 5 - Conceitos de contraste

Contraste de Tom	O tom não costuma ser distribuído no campo de forma rígida e regular, mas há divisão dos extremos tonais substanciais o suficiente para a expressão do contraste. Pode-se encontrar contrastes intensos, claro contra escuro, escuro contra claro. A claridade ou a obscuridade relativa de um campo estabelecem a intensidade do contraste.
Contraste de Cor	Cores quentes (expansão) e frias (distância) podem afetar a posição espacial, uma vez que a temperatura da cor pode sugerir proximidade ou distância. Quando duas cores diferentes entram em contraste direto, o contraste intensifica a diferença entre ambas. O contraste aumenta quanto maior for a o grau de contato e diferença (chega a seu máximo quando uma cor está rodeada por outra). O contraste complementar é o equilíbrio relativo entre quente e o frio. O contraste simultâneo é o processo de neutralização, associado ao impulso aparente de reduzir todos os estímulos visuais à sua forma mais neutra e simplificada possível. O contraste é o antídoto principal contra essa tendência que o sistema perceptivo tem de nivelar e atingir um equilíbrio absoluto. O fechamento visual (Lei da Pregnância) é a tendência contra a qual o contraste desencadeia uma ação neutralizante.
Contraste de Forma	Se o objetivo for atrair o observador, a forma regular, simples e resolvida é dominada pela forma irregular e imprevisível. O contraste deve intensificar as intenções do designer. A função principal dessa técnica é aguçar e dar maior requinte à manifestação visual.
Contraste de Escala	Manipular à força a proporção dos objetos e contradizer tudo aquilo que, em função da nossa experiência (memória), espera-se ver. Esse efeito é produzido pelo uso de elementos em escalas diferentes das normais ou em proporções irrealis, conseguindo contraste por negação da percepção aprendida/esperada. Pode ser usado em todos os elementos básicos: linha, tom, cor, forma, direção, movimento e, principalmente, proporção e escala. O vago e o genérico devem ser modificados através do contraste. O contraste é a ponte entre a definição e a compreensão das ideias visuais, no sentido visual de tornarem mais visíveis as ideias, imagens e sensações.

Fonte: a autora.

2.5 TÉCNICAS VISUAIS: ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO

As técnicas de comunicação visual auxiliam no controle dos objetivos informacionais, na transmissão da mensagem objetivada e influencia na compreensão do usuário na

interpretação e percepção do conteúdo desejado. Segundo Dondis (1997), as técnicas visuais oferecem ao designer uma grande variedade de meios para a expressão. Já descobertos e compreendidos quais os elementos básicos da comunicação visual, torna-se igualmente importante compreender as técnicas de comunicação visual. Existem, de fato, diversas técnicas e todas estas auxiliam no controle dos objetivos informacionais e na transmissão da mensagem visual.

A autora elege diversas estratégias comunicacionais em seus conceitos. Visando sua aplicabilidade em mobiliário urbano, foram selecionadas as seguintes para trabalhar posteriormente:

- a) equilíbrio/instabilidade;
- b) simetria/assimetria;
- c) regularidade/irregularidade;
- d) simplicidade/complexidade;
- e) unidade/fragmentação;
- f) sutileza/ousadia;
- g) planura/profundidade;
- h) repetição/episodicidade.

Juntamente, as dinâmicas de síntese visual (também chamadas de facilitação gráfica) destacam, de maneira simples e divertida, os principais tópicos levantados por organizadores e público participante. São coletados os assuntos mais relevantes dos objetos.

De acordo com a autora, “as técnicas visuais não devem ser pensadas em termos de opções mutuamente excludentes para a construção ou a análise de tudo aquilo que vê-se”, Dondis (1997). Por outras palavras, nem sempre é obrigatório considerar apenas os extremos de significado, uma vez que estes “podem ser transformados em graus menores de intensidade” (DONDIS, 1997).

2.6 A IMAGEM COMO LINGUAGEM

Toda transmissão e recepção de uma mensagem faz uso exclusivo da visão. Para tanto, a comunicação visual faz uso da linguagem visual. Esse campo também explora a ideia de que uma mensagem visual que acompanha o texto tem um maior poder de informar, educar ou persuadir uma pessoa ou público.

É comum apresentar a linguagem verbal como a principal fonte de informação, talvez por ser uma maneira convencional, formal de troca de conhecimento. Porém, a capacidade de

produzir e atuar de diferentes maneiras para interagir uns com os outros e, assim, as linguagens não verbais de representação de mundo também ocupam um espaço em nosso cotidiano e não podem ser apontadas como secundárias; merecem ser conhecidas, discutidas e estudadas. Cada uma nos transmite sua mensagem utilizando seus recursos particulares, as múltiplas linguagens estão à disposição da comunicação.

A mensagem visual pode ser específica, presente em nossas necessidades básicas de registrar, preservar, reproduzir e identificar pessoas, lugares e objetos ou propagar sentimentos expressivos, no caso das artes. Seja em ações do cotidiano ou em criações elaboradas, o formato visual pretende informar o observador, portanto ela precisa ser conhecida e explorada. Donis A. Dondis (1997) propõe a socialização da linguagem visual para além dos especialistas através da ideia de alfabetismo visual. Nesta proposta, a expansão da capacidade visual amplia as possibilidades de entender e de produzir uma mensagem visual, podendo expressar e receber os dados visuais em três níveis.

O representacional, aquilo que se vê e se identifica com base no meio ambiente e na experiência. O abstrato, a qualidade sinestésica de um fato visual reduzido a seus componentes visuais básicos e elementares, enfatizando os meios diretos, emocionais e mais primitivos da criação de mensagem. E o simbólico, o vasto universo de sistemas de símbolos codificados que o homem criou arbitrariamente e ao qual atribuiu significados (DONDIS, 1997, p.85).

Apreamos a informação visual de muitas maneiras. A percepção das forças cenestésicas, de natureza psicológica, é de importância fundamental para o processo visual. O modo como nos mantemos em pé, nos movimentamos, mantemos o equilíbrio e nos protegemos, reagimos à luz ou ao escuro, ou ainda a um movimento súbito, são valores que têm uma relação importante com nossa maneira de receber e interpretar as mensagens visuais. Todas essas reações são naturais e aludem sem esforço, não precisamos estudá-las nem aprender como entendê-las. Mas elas são influenciadas, e possivelmente modificadas, por estados psicológicos e condicionamentos culturais, e, por último, pelas expectativas ambientais. O modo como encaramos o mundo quase sempre afeta aquilo que vemos. O processo é, afinal, muito individual para cada um de nós. O controle da psique é frequentemente programado pelos costumes sociais. Assim como alguns grupos culturais comem coisas que deixariam outros enojados, temos preferências visuais arraigadas. (DONDIS, 1997, p. 65).

O sentido da visão nos auxilia a compreender o mundo. É através dele que se aprende e identifica o material visual que nos é apresentado. Ele pode proporcionar mais uma experiência de relação do ser humano com o que está à sua volta, grande parte do nosso processo de aprendizagem ocorre através do visual.

Para Dondis (1997), a reprodução da informação visual natural deve ser acessível a todos, ela deve ser ensinada e pode ser aprendida, porém, deve-se observar que não há um

sistema estrutural semelhante ao da linguagem verbal, vê-se e compreende-se aquilo que enxerga-se.

Pode reproduzir as imagens que estão ao seu redor, o difícil é como fazê-lo, de que modo a comunicação visual pode ser entendida, aprendida e expressada. A capacidade do ser humano de reconhecer uma imagem, porém, a maneira que ela é compreendida pode ser diversificada. Alguns observadores ficam no nível primário, outros não se contentam com o óbvio, veem além dos fatos apresentados, buscam um significado mais amplo para a que está sendo apresentado.

Pode-se notar que ao expressar e receber informações visuais em diferentes níveis, dependendo do criador e observador, a comunicação através da imagem passa pela representação, simbolismo e abstração. No nível de representação, a realidade aparece como experiência visual básica e predominante. Observe um exemplo que utiliza o símbolo pássaro comparando nosso registro visual a uma câmera.

3 MOBILIÁRIO URBANO A PARTIR DE KEVIN LYNCH

Neste capítulo, disserta-se sobre as várias faces e conceitos de mobiliários urbanos, equipamentos urbanos e do espaço público. Fundado em sua classificação e na sua atribuição ao espaço público e identidade cultural, tudo isso atrelado ao que Lynch (1960, 1982 e 2011), em “A imagem da cidade”, articulou sobre os espaços, a imagem urbana, a qualidade da forma e a legibilidade.

Kevin Andrew Lynch (1918-1984) foi um urbanista e escritor. Lynch estudou na universidade de *Yale*, no estúdio *Taliesin* e no Instituto Politécnico Rensselaer. Graduou-se em planejamento urbano pelo *Massachusetts Institute of Technology* em 1947.

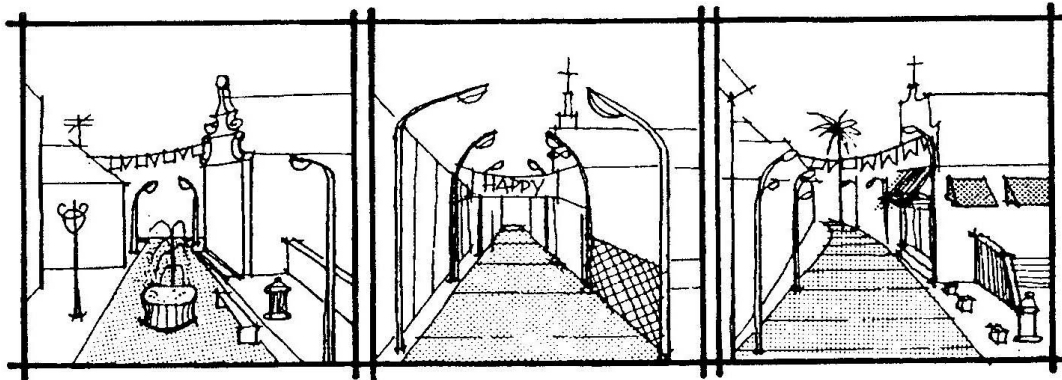
Kevin Lynch é um dos grandes autores do Urbanismo, responsável por uma das obras mais famosas e mais influentes: **A Imagem da Cidade**. Nela, ele destaca a maneira como percebemos a cidade e as suas partes constituintes, baseado em um extenso estudo em três cidades norte-americanas, no qual pessoas eram questionadas sobre sua percepção da cidade, como estruturavam a imagem que tinham dela e como se localizavam. (BENÉVOLO, 1999, p. 48).

Mobiliário urbano, segundo a Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, trata-se de “todos os objetos, elementos e pequenas construções integrantes da paisagem urbana, de natureza utilitária ou não, implantados mediante a autorização do poder público, em espaços públicos e privados” (ABNT, 1986, p.1).

Segundo o Manual para Implantação de Mobiliário Urbano da cidade do Rio de Janeiro (1996, p. 11), “mobiliário urbano é a coleção de artefatos implantados no espaço público da cidade, de natureza utilitária ou de interesse urbanístico, paisagístico, simbólico ou cultural”.

Para Kohlsdorf (2002), o mobiliário urbano é integrante da categoria de elementos complementares de uma cidade, sendo estes os principais responsáveis pela imagem dos lugares. Trata-se de elementos com características de maior mobilidade e de menor escala como: bancos de logradouros, lixeiras, caixas de correios, postes e luminárias, pequenos muros ou cercas, obstáculos de trânsito, hidrantes, fontes e monumentos de pequeno porte, dentre outros (figura 5).

Figura 5 – Rotina urbana.



Fonte: Guedes (2005).

Através das definições já apresentadas no trabalho, pode-se inferir que mobiliário urbano é um conjunto de elementos, possuindo diferentes escalas, incluídos nos espaços urbanos e sendo complementares à paisagem e à arquitetura de uma cidade.

Essas definições, entretanto, não leva a identificar as verdadeiras funções desempenhadas pelos mobiliários urbanos nos espaços. De acordo com Montenegro (2005), a compreensão das funções e atribuições dos objetos urbanos é essencial para se conceituar e definir os mesmos. Assim, o mesmo autor afirma que os mobiliários urbanos foram concebidos a partir das necessidades decorrentes dos processos de urbanização que requeriam a implantação de novos serviços públicos que atendessem às demandas dos habitantes das crescentes cidades no final do século XIX e início do XX, como iluminação pública, serviço de limpeza urbana, transporte público e outros.

Dentro deste contexto, os elementos urbanos adquirem importância em projetos de intervenção em espaços da cidade, pois os mesmos representam a valorização do uso do espaço público, através da prestação de serviços, atendimento de necessidades e desempenho de funções específicas, como segurança e conforto aos usuários.

Portanto, o termo mobiliário urbano designa objetos em diferentes escalas que possuem a finalidade de auxiliar na prestação de serviços, na segurança, na orientação e no conforto dos cidadãos de uma cidade, contribuindo para a estética e para a funcionalidade dos espaços.

Em função da desconformidade em relação aos termos que devem ser utilizados, o presente trabalho trará termos como elementos, objetos e equipamentos urbanos como sinônimos de mobiliário urbano.

3.1 CLASSIFICAÇÃO DO MOBILIÁRIO URBANO

Para classificar os mobiliários urbanos existentes, realizou-se pesquisas em diversas obras que enfocam o design desses objetos. Autores separam os elementos urbanos em diversas classes, como função, escala e forma. A divisão dos elementos urbanos em categorias permite compreender a especificidade de cada objeto de acordo com características (JOHN e REIS, 2010). Dentro desta gama de referencial teórico, buscou-se selecionar as classificações de acordo com a funcionalidade dos objetos, interface com o usuário e contexto.

Para Mourthé (1998), as peças de mobiliário urbano possuem abordagem isolada e são classificadas de acordo com a sua função em seis classes:

- a) **elementos decorativos** - esculturas em painéis e prédios;
- b) **mobiliário de serviço** - telefones públicos, caixas de correio, latas de lixo, abrigos de ônibus, cabines policiais, banheiros públicos, fradinhos e protetores de árvores;
- c) **mobiliário de lazer** - bancos de praça, mesas de jogos, projetos para idosos, projetos para crianças e projetos para atletas e jovens;
- d) **mobiliário de comercialização** - bancas de jornal, quiosques, barracas de vendedor ambulante e de flores, cadeiras de engraxate, mesas para cafés e bares em áreas públicas;
- e) **mobiliário de sinalização** - placas de logradouros, placas informativas, placas de trânsito e sinalização semaforica;
- f) **mobiliário de publicidade** - outdoors e letreiros computadorizados.

A ABNT (1986, p1) classifica o mobiliário urbano por categorias e subcategorias, segundo a sua função predominante:

- a) **circulação e transporte** - abrigos de ônibus, acessos ao metro, bicicletários, semáforo, calçadas, passarelas e parquímetros;
- b) **cultura e religião** - esculturas, marcos, monumentos, painéis, plataformas e obeliscos;
- c) **esporte e lazer** - *playgrounds*, mesas, assentos e churrasqueiras;
- d) **infraestrutura** - cabines telefônicas e caixas de correio reunindo a subcategoria de sistemas de comunicação, postes e luminárias na subcategoria energia e iluminação pública, bebedouros, chafarizes, lixeiras e sanitários públicos formando a subcategoria de saneamento;
- e) **segurança pública e proteção** - cabines, guaritas, hidrantes, muros e grades;

- f) abrigo - quiosques, pérgolas e refúgios;
- g) comércio - trailers, bancas e carrocinhas;
- h) informação e comunicação visual - anúncios, relógios e sinalização;
- i) ornamento da paisagem e ambientação urbana - arborização, calçadas, canteiros, floreiras, bancos e assentos.

Ainda, Jacobs (2011) cita alguns elementos urbanos que são "inclassificáveis" devido à existência de uma funcionalidade muito específica que atende a uma necessidade única de uma comunidade. Como exemplo, o autor traz uma máquina de fazer chover instalada na praça de uma cidade do nordeste mineiro que contempla e atende uma necessidade da realidade local.

3.2 ESPAÇO PÚBLICO

Para Montenegro (2005), no urbanismo, espaços urbanos públicos são definidos como espaços abertos de uso comum, que podem ser utilizados livremente pelas pessoas que vivem em uma cidade. Esse conceito possui como marca essencial a condição de acessibilidade, diferenciando o espaço público do espaço privado na medida em que o primeiro é acessível a todos os grupos sociais de uma determinada comunidade.

Segundo Lynch (1985), Montenegro (2005) e Francis (1991), esses espaços podem ser classificados em áreas verdes, como parques públicos e jardins; bulevares, incluindo ruas, avenidas e praças; lugares envoltos por água, como praias, portos e *piers*; e, por fim, *playgrounds*.

O espaço é a parte que ocupa um objeto sensível, a capacidade de um terreno ou a extensão que contém a matéria existente. Público, do latim *publicus*, é um adjetivo que permite qualificar aquilo que é manifesto, notório, sabido ou visto por todos, e aquilo que pertence a toda a sociedade e que é comum ao povo. O espaço público, portanto, é o lugar que está aberto a toda a sociedade, ao contrário do espaço privado, que pode ser administrado ou até fechado segundo os interesses do seu dono.

O portal de arquitetura Archdaily (2022) denomina espaço público como aquele de uso comum e de posse de todos, que pode ser acessado livremente por qualquer cidadão, sem custo. Por esta concepção democrática, é um local que permite a expressão da diversidade, encontros entre cidadãos e manifestações cívicas.

Na Geografia, as expressões “espaço público” ou “espaços públicos” aparecem comumente como uma denominação genérica para áreas urbanas abertas. Arquitetos e urbanistas e muitos geógrafos, de modo oposto, utilizam a noção de espaço público como

denominação para todo e qualquer espaço urbano livre e aberto. O espaço público não é discutido como produto histórico, como forma de agenciamento social, como configuração de um tipo de vivência. Espaços públicos são associados a certas formas físicas ruas, praças, parques, etc. Essas formas, no entanto, só ganham sentido na maneira como são estruturadas e vividas, não possuem uma diversidade de conteúdo transcendente e absoluto.

Segundo Benévolo (1993, p.36), tratam-se de “lugares da cidade dotados de uma dimensão material e simbólica que permitem o encontro, no anonimato, de indivíduos de classes sociais, etnias e religiões diferentes”.

Os espaços públicos como as praças, por exemplo, são essenciais para atividades de lazer da população, mas também constituem num elemento que contribui para a saúde, uma vez que é possível, por exemplo, fazer caminhadas, andar de bicicleta, etc.

É no espaço público onde ocorrem encontros e atividades coletivas; em outras palavras, é ali onde as pessoas convivem e interagem. A rua, por exemplo, constitui um espaço público, ela é considerada como o espaço público principal que integra ou, melhor dizendo, que agrega aos demais. É ela que forma a estrutura urbana, sendo por ela que os habitantes transitam, a veem, conhecem, interagem com outros habitantes e com os elementos ali presentes.

3.3 ESPAÇO PÚBLICO COMO IDENTIDADE CULTURAL

Patrimônio deriva do latim *pater*, pai, pátria. Quando a abordagem ao tema se dá sob o prisma cultural, patrimônio sintetiza conjunto material e imaterial de bens que traduzem os modos de viver e fazer de um povo e o ambiente que o acolhe, em toda a extensão desses conceitos.

No Brasil, a importância do patrimônio cultural é destacada em diversas normas e ganhou significativa relevância na Constituição Federal de 1988 que, em diversos artigos, determina os deveres do Estado e da sociedade na preservação de bens coletivos e define os bens que constituem o patrimônio cultural, bem como formas de preservação e acautelamento.

Os direitos do cidadão à educação, à informação, livre manifestação de pensamento e expressão da atividade intelectual, artística e científica são igualmente assegurados na Carta Magna.

Cultura e identidade estão relacionadas, ambas são construções simbólicas, entretanto, não são a mesma coisa. A primeira é uma estrutura de significados compartilhados incorporados em formas simbólicas. Identidade, de forma simples, é como nos

representamos e representamos aos outros, tanto individual, como coletivamente (FELLIPI, 2006, p. 50).

Segundo Tylor (2008, p. 31), cultura tomada em seu amplo sentido etnográfico é todo o complexo que inclui "conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade". Desta forma, os conceitos apresentados nos revelam a abrangência cultural presente em uma sociedade.

Um lugar de uso cotidiano, um espaço criado para o exercício da cidadania é o grande desafio dos estudiosos da percepção ambiental. Jane Jacobs (2000) em seu livro "Morte e vida de grandes cidades" faz sugestões para o uso dos espaços públicos, sempre envolvendo a participação ativa da comunidade local, mas sublinha o questionamento do urbanista Reginald Isaacs sobre o conceito "bairro"⁸ nas modernas metrópoles.

Já os conceitos de identidade possuem ligação com a construção do mundo moderno, com a formação histórico-social de uma sociedade, suas mudanças e suas transformações (QUELUZ, 2008). Para Krucken (2009, p. 36), "a identidade é a fonte de significado e experiência de um povo", logo, apoia-se na história e não deve ser entendida de forma fixa, rígida e definitiva, pois é construída socialmente, sendo fluída e mutante.

Para a Antropologia, cultura é o conjunto de criações humanas a partir de suas faculdades: abrange o mundo humano em contraste com o mundo físico e o mundo biológico. O antropólogo Ashley Montagu (1967) entende a cultura como o complexo de configurações que, em forma de produtos do comportamento e produtos materiais, constitui o modo principal que tem o ser humano de adaptar-se ao meio total (natural e artificial), controlando, modificando, transmitindo e perpetuando os modos acumulados de fazer na interação social e com o ambiente que o abriga.

A noção de patrimônio cultural refere-se à ideia de memória, identidade, tempo e espaço em dimensão individual e também coletiva. Sua importância está manifesta não apenas na formação de uma identidade nacional, mas também na conservação e perpetuação de valores historicamente consagrados. Meirelles (2001, p. 534) apresenta o entendimento da doutrina jurídica pátria acerca do patrimônio cultural: "Abrange todos os bens, móveis e imóveis existentes no País, cuja conservação, seja de interesse público, por sua vinculação a fatos memoráveis da História da pátria, ou por seu excepcional valor artístico, arqueológico, etnográfico, bibliográfico ou ambiental".

⁸ Isaacs ressalta o fato de que os moradores urbanos têm mobilidade. Eles costumam escolher, em toda a cidade e até fora dela, o trabalho, o dentista, o lazer, amigos, lojas, entretenimento e até mesmo, em certos casos, a escola dos filhos. Os moradores urbanos, diz Isaacs, não se prendem ao provincianismo de um bairro.

3.4 A IMAGEM URBANA DE KEVIN LYNCH

Lynch identificou os elementos que as pessoas utilizam para estruturar sua imagem da cidade e podem ser agrupados em cinco grandes tipos: caminhos, limites, bairros, pontos nodais e marcos. Concluiu também que essa percepção é feita aos poucos, já que é impossível apreender toda a cidade de uma só vez. Portanto, o tempo é um elemento essencial. Além disso, verificou que nada é experimentado individualmente e, sim, em relação ao seu entorno. Elementos semelhantes, porém, localizados em contextos diferentes adquirem significados também diferentes. Cada cidadão tem determinadas associações com partes da cidade, e a imagem que ele faz delas está impregnada de memórias e significados.

Quadro 6 - Estrutura urbana segundo Lynch

Caminhos	São canais ao longo dos quais o observador costumeiramente, ocasionalmente ou potencialmente se move. Podem ser ruas, calçadas, linhas de trânsito, canais, estradas-de-ferro (LYNCH, 1960, p. 47).
Limites	São elementos lineares constituídos pelas bordas de duas regiões distintas, configurando quebras lineares na continuidade. Os limites mais fortemente percebidos são aqueles não apenas proeminentes visualmente, mas também contínuos na sua forma e sem permeabilidade à circulação.
Bairros	Partes razoavelmente grandes da cidade na qual o observador “entra” e que são percebidas como possuindo alguma característica comum, identificadora. (LYNCH, 1960, p. 66).
Pontos nodais	São pontos estratégicos na cidade, onde o observador pode entrar, e que são importantes focos para onde se vai e de onde se vem. Variam em função da escala em que se está analisando a imagem da cidade: podem ser esquinas, praças, bairros ou mesmo uma cidade inteira, caso a análise seja feita em nível regional.
Marcos	São elementos pontuais nos quais o observador não entra. Podem ser de diversas escalas, tais como torres, domos, edifícios, esculturas, etc.

Fonte: a autora.

Segundo Lynch (2011), a percepção ambiental pode ser analisada segundo três componentes: estrutura, identidade e significado. A identificação de um objeto implica na sua distinção em relação a outras coisas, seu reconhecimento como uma entidade separada, ou seja, sua identidade. Além disso, a imagem da cidade deve incluir o padrão espacial ou a relação do objeto com o observador e com os outros objetos, algo que Lynch (2011) chamou de estrutura.

Com relação ao significado, Lynch (2011) é mais cauteloso, não se aprofundando muito no conceito nem no seu estudo. A ênfase é, portanto, na identidade e na estrutura. Apesar disso, o autor argumenta que o objeto deve ter algum significado para o observador, seja prático ou emocional, e que isso está intimamente ligado à sua identidade e ao seu papel dentro de uma estrutura mais ampla.

A imagibilidade é uma qualidade física que se relaciona com a identidade e a estrutura entendidas, e é para um dado objeto a qualidade graças a qual há grandes possibilidades de provocar uma forte imagem em qualquer observador. É, portanto, a aptidão que certos objetos possuem de se apresentarem aos sentidos de uma forma aguda e intensa. Uma cidade com uma forte imagibilidade seria apreendida pelos sentidos não apenas de um modo mais simples, mas também de uma forma mais aprofundada e extensiva. Seria o caso de uma cidade que se poderia perceber, ao fim de algum tempo, como uma estrutura fortemente contínua, composta por elementos numerosos, ao mesmo tempo distintos e claramente ligados entre si. No entanto, este conceito não implica nada de evidente à primeira vista, de patente ou de manifesto, pelo contrário, a totalidade do ambiente tem de ser e é profundamente complexa e está em contínua alteração. O conceito de imagibilidade levanta o problema da determinação das características formais a que deve sujeitar-se um dado ambiente para que seja fácil a um observador humano identificar as suas partes e dar-lhe uma estrutura.

Sobre a construção da imagem, as imagens de grupo, consensuais a um número significativo de observadores, é que interessam aos planejadores urbanos, assim como a imagibilidade, a característica, num dado objeto físico, que confere alta probabilidade de evocar uma imagem forte em qualquer observador dado. Esses objetos parecem repercutir, de modo bastante curioso, os tipos formais de elementos imagísticos nos quais Lynch divide a imagem da cidade: vias, marcos, limites, pontos nodais e bairros. Existem outras influências atuantes sobre a imagibilidade como o significado social de uma área, sua função, sua história ou mesmo nome. No design atual, a forma deve ser utilizada para reforçar o significado, e não o negar.

3.4.1 Qualidade da forma

Lynch (2011) reforça os resultados de sua pesquisa e faz uma listagem de conceitos a serem tomados antecipadamente ao planejamento urbano. A partir de então, a inter-relação entre os elementos se torna presente em todo o texto, tornando-se uma ferramenta para a

posterior conclusão do texto, porém, não dos estudos e análises. Lynch classifica como qualidades da forma.

- a) **singularidade ou clareza da figura - plano de fundo:** nitidez dos limites, fechamento, contraste de superfície, forma, intensidade, complexidade, tamanho, uso, localização espacial;
- b) **simplicidade da forma:** visível em sentido geométrico, limitação de partes, como a clareza de um sistema de quadrícula, de um retângulo, de uma cúpula;
- c) **continuidade de limites ou superfícies:** repetição de intervalos rítmicos, similaridade;
- d) **predomínio de uma parte sobre outras em decorrência do tamanho da intensidade ou do interesse:** resultado da leitura do todo como uma característica principal associada a um conjunto;
- e) **clareza de junção alta visibilidade das ligações e costuras:** relação e inter-relações claras;
- f) **diferenciação direcional:** assimetrias, gradientes e referências radiais que diferenciam uma extremidade da outra;
- g) **alcance visual:** Qualidades que aumentam o âmbito e a penetração da visão, tanto concreta quanto simbolicamente. Incluem as transparências, sobreposições, vistas e panoramas que aumentam a profundidade de visão, elementos de articulação que explicam visualmente um espaço, concavidade;
- h) **consciência do movimento:** As qualidades que, através dos seus sentidos visuais e cenestésicos, tornam sensível ao observador o seu próprio movimento real ou potencial. São estes os artifícios que melhoram a clareza de ladeiras, curvas e interpenetrações, oferecem a experiência de paralaxe e perspectiva de movimento, mantêm a consciência de direção ou mudança de direção, ou tornam visível o intervalo entre as distâncias;
- i) **séries temporais:** São percebidas com o passar do tempo, incluindo tanto as ligações simples, item por item, nas quais um elemento é simplesmente ligado a outros dois, o anterior e o posterior, como as séries verdadeiramente estruturadas no tempo e, portanto, de natureza melódica, como se os marcos aumentassem sua intensidade formal até atingirem um clímax;
- j) **nomes e significados:** Características não-físicas que podem aumentar a imagabilidade de um elemento. Os nomes, por exemplo, são importantes para a cristalização da identidade. Às vezes, dão indicações de lugares. O autor

também disponibiliza um capítulo do livro contendo somente informações sobre o método utilizado nas pesquisas. Mapas e imagens, desenhos conceituais e legendas específicas, além do roteiro da entrevista feita com os habitantes das cidades analisadas.

3.4.2 Legibilidade

O homem precisa ler o ambiente em que se insere em busca de referências e orientação, o que ajuda a construir uma percepção do usuário sobre o espaço. Um ambiente de fácil leitura é, então, um ambiente com boa legibilidade. Ou seja, facilmente diferenciável, singular. A leitura da imagem formada pelo usuário denuncia quão legível é esse espaço, bem como o grau da relação habitante-cidade, fator importante no uso desses espaços.

Reconhecendo a relevância desses estudos e a complexidade das intervenções urbanísticas em áreas já consolidadas, mesmo que estas estejam em processo de degradação ou abandono, seria importante que antes da elaboração de uma proposta de intervenção fosse diagnosticado como esse espaço foi e está sendo apreendido ou compreendido pelos usuários, pelos cidadãos. Assim, os trabalhos de intervenções em áreas históricas deveriam antes passar por essas etapas, onde estariam sendo avaliadas a legibilidade, a formação da imagem do lugar e a morfologia urbana da área. Deste modo, pensou-se ser possível a elaboração de propostas que promovam mais a inclusão social, valorizem a história local estimulando as vivências nos espaços públicos e privados, bem como a reinvenção/ recriação das memórias nos espaços, mas que sejam ao mesmo tempo elementos de desenvolvimento social e econômico para municípios, que reinventem sua historicidade e que sejam funcionalmente adequadas.

Uma imagem clara da paisagem urbana constitui uma base preciosa para o desenvolvimento individual. A necessidade de reconhecer e padronizar os ambientes tem raízes profundamente arraigadas no passado e é de enorme importância prática e emocional para o indivíduo. A legibilidade oferece a sensação de segurança emocional, assim como a identidade. Uma boa imagem requer a identificação de um objeto, o que implica seu reconhecimento enquanto entidade separável. A isso se dá o nome de identidade, no sentido de individualidade ou unicidade. Assim como a orientabilidade, que por um marco oferece ao observador uma melhor orientação para percorrer a cidade ou parte dela.

4 PROJETO EXECUTIVO DE MOBILIÁRIO URBANO PARA A REGIÃO DAS MISSÕES

Neste capítulo, a intenção é apresentar os elementos visuais encontrados no levantamento iniciado no PD&I e concluído durante a dissertação, verificar os condicionantes da região das Missões, sua organização e fluxos urbanos. Apontar padrões entre os equipamentos urbanos, a fim de elencar diretrizes projetuais para a região missioneira a serem vistos na conclusão.


4.1 ELEMENTOS VISUAIS DA REGIÃO E CONDICIONANTES (PORTE AO PD&I)

Identificar a influência da cultura missioneira no mobiliário existente: através da pesquisa de campo e de visitas às cidades de São Borja, Santo Antônio das Missões, São Luiz Gonzaga e Santo Ângelo, as quais são objeto de estudo desta dissertação, onde realizou-se um levantamento fotográfico e de medidas, a fim de obter dados que nos exponham um padrão de mobiliário urbano nesta região.





Este levantamento teve início no ano de 2021, no período de execução do PD&I, quando foram visitadas as cidades elencadas previamente (foram relacionadas quatro cidades dentro da região das Missões, tendo como referência geográfica as cidades as quais confrontam-se diretamente à BR 285, e que também mantenham a mesma organização urbana das reduções), a fim de identificar padrões de usos e funções do mobiliário existente nestes municípios.

Na primeira visita, foi produzido um levantamento fotográfico dos equipamentos urbanos e do seu entorno e, com esse material, foi possível representar a região a partir de suas características gerais e em quais condições estes equipamentos se encontravam. Posteriormente, realizou-se o levantamento de medidas e qualitativo, que possibilitou a coleta de dados sobre a ergonomia e usos da população da região. A partir das fotografias também foi possível caracterizar os equipamentos quanto à sua influência. Abaixo, encontram-se as tabelas 7, 8, 9 e 10 com os resultados das análises realizadas, e em anexo o levantamento fotográfico realizado no período do PD&I.

Quadro 7 - Levantamento qualitativo de mobiliário urbano existente em Santo Ângelo (continua).

Levantamento qualitativo de mobiliário urbano existente na região						
Santo Ângelo						
Equipamento	Características	Medidas	Replicado	Condições	Influência	Imagem
Lixeira	Lixeira com haste metálica e cesto de madeira. Há lixeiras com 1 e 2 cestos	Altura total 0,81cm. Dimensões do cesto: 0,48x0,33x0,33cm	Sim	Regular	Contemporânea	
Banco 1	Banco de concreto liso, formato meio sextavado	Assento 2,5x0,51 Base 1,40x0,51 Altura 0,46	Sim	Regular	Contemporânea	
Banco 2	Banco de concreto ornamentado, formato de retângulo	0,46x2,50x0,45	Sim	Regular	Contemporânea	
Poste 1	Estrutura metálica ornamentada, vitral e lâmpadas fluorescentes	Largura da base 0,60 Largura do corpo 0,15 Altura 3,10	Sim	Ruim	Rústica	
Poste 2	Haste metálica com lâmpada fluorescente	Largura do corpo 0,08 Altura 5,10	Sim	Regular	Contemporânea	
Bicicletário	Estrutura metálica	0,26x2,70x0,55	Não	Ruim	Contemporânea	
Placas informativas	Estrutura metálica com quadro em lona	Altura total 1,07 Altura da haste 0,67 Placa informativa 0,56x0,40	Sim	Regular	Contemporânea	

Quadro 7 – Levantamento qualitativo de mobiliário urbano existente em Santo Ângelo (conclusão).

Pórtico principal	Concreto ornamentado, pedra grés e revestimento cerâmico	Medidas totais: 3,40x3,90x0,50 Altura do vão 3,10 Largura do vão 2,90	Não	Regular	Contemporânea	
Pórtico secundário	Concreto ornamentado	Medidas totais: 3,10x3,98x0,25 Espessura das pérgolas 0,25	Sim	Regular	Rústico/Contemporâneo	
Ponto de ônibus	Concreto ornamentado, revestimento em pedra	Medidas totais 2,15x6,50x3,40 Medidas do assento 0,46x5,80x,40	não	Regular	Contemporâneo	
Pavimentação	Há três tipos de pavimentação na praça Angelopolitana: revestimento basáltico, revestimento de concreto sextavado, revestimento de concreto retangular intertravado	x	Sim	Regular	Contemporâneo	

Fonte: a autora.

Quadro 8 - Levantamento qualitativo de mobiliário urbano existente em São Luiz Gonzaga.

Levantamento qualitativo de mobiliário urbano existente na região						
São Luiz Gonzaga						
Equipamento	Características	Medidas	Replicado	Condições	Influência	Imagem
Lixeira	Estrutura metálica em forma de T, cestos plásticos para coleta	Estrutura em T 1,00x1,00	Sim	Ruim	Contemporâneo	
Banco	Estrutura de concreto	Altura total 0,92 Altura do assento 0,50 Largura do assento 0,50	Sim	Regular	Contemporâneo	
Poste	Estrutura metálica, topo em forma de globo	Largura do corpo 0,08 Altura 4,20 Diâmetro do globo 0,60	Sim	Bom	Contemporâneo	
Bancos	Concreto	Circulares d=0,45 Altura 0,70 Altura do assento 0,40	Sim	Ruim	Contemporâneo	
Mesas de xadrez	Concreto	Medidas totais 0,70x0,60x0,60	Sim	Ruim	Contemporâneo	
Pórtico principal	Concreto	Medidas totais: 7,8x8,75x1,65 Altura do vão 3,40 Largura do vão 3,90	Não	Regular	Contemporâneo	
Pavimentação	Há dois tipos de pavimentação: revestimento de concreto liso, revestimento de concreto quadrado intertravado	x	Sim	Regular	Contemporâneo	

Fonte: a autora.

Quadro 9 - Levantamento qualitativo de mobiliário urbano existente em Santo Antônio das Missões.


Levantamento qualitativo de mobiliário urbano existente na região						
Santo Antônio das Missões						
Equipamento	Características	Medidas	Replicado	Condições	Influência	Imagem
Lixeira	Estrutura metálica em forma de casa	Medidas totais: 1,32x0,66x 0,32	Sim	Bom	Contemporâneo	
Banco	Estrutura de concreto	Largura do assento 2,50 Largura da base 1,40 Profundidade de 0,60 Altura 0,60	Sim	Regular	Contemporâneo	
Poste	Estrutura metálica, topo em forma de folha		Sim	Bom	Contemporâneo	
Bancos	Estrutura metálica, assento e encosto de madeira	Altura total 0,74 Altura do assento 0,35 Largura do assento 0,40	Sim	Bom	Contemporâneo	
Pavimentação	Há dois tipos de pavimentação: revestimento de concreto liso, revestimento de concreto quadrado intertravado	x	Sim	Regular	Contemporâneo	

Fonte: a autora.

Quadro 10 - Levantamento qualitativo de mobiliário urbano existente em São Borja (continua).

Levantamento qualitativo de mobiliário urbano existente na região						
São Borja						
Equipamento	Características	Medidas	Replicado	Condições	Influência	Imagem
Lixeira	Estrutura metálica em forma de arco, cesto em fibra em forma de elipse	Medidas totais: 1,10x0,55x0,55	Sim	Bom	Contemporâneo	
Banco	Estrutura de concreto	Largura do assento 2,50 Largura da base 1,40 Profundidade de 0,60 altura 0,60	Sim	Regular	Contemporâneo	
Poste	Estrutura metálica, topo em forma de globo	5,60x0,08 Globo 0,60	Sim	Bom	Contemporâneo	
Poste	Estrutura metálica, topo em forma de globo. Revestimento em pedra	5,60x0,08 Globo 0,60 Revestimento 0,58x0,58	Sim	Bom	Contemporâneo	
Bancos	Estrutura metálica, assento e encosto de madeira	Altura total 0,74 Altura do assento 0,35 Largura do assento 0,40	Sim	Bom	Contemporâneo	

Quadro 10 - Levantamento qualitativo de mobiliário urbano existente em São Borja (continua).

Pavimentação	Há dois tipos de pavimentação: revestimento de concreto liso, revestimento de concreto quadrado intertravado	x	Sim	Regular	Contemporâneo	
--------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---	-----	---------	---------------	-------------------------------------------------------------------------------------

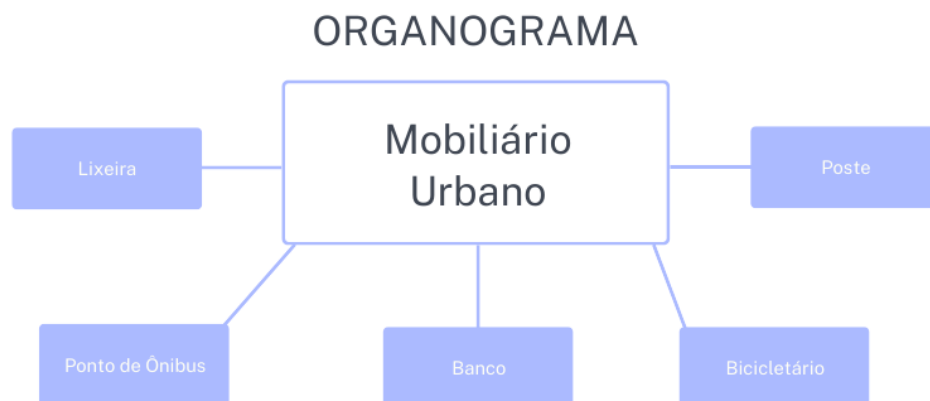
Fonte: a autora.

Organograma

Um organograma de projeto é um diagrama visual que ilustra os processos e funções de um plano. Ele documenta a estrutura da organização do projeto, a hierarquia entre o planejamento e a execução de todo o processo.

De acordo com o levantamento do mobiliário existente na região missioneira, elencou-se os equipamentos urbanos com mais ocorrências. Foram analisadas as condições de uso e também a ocorrência de uso, levantamento feito durante a pesquisa de campo. Os elementos elencados como objeto de estudo e projeto foram: lixeira, ponto de ônibus, banco, bicicletário e poste.

Figura 6 - Organograma



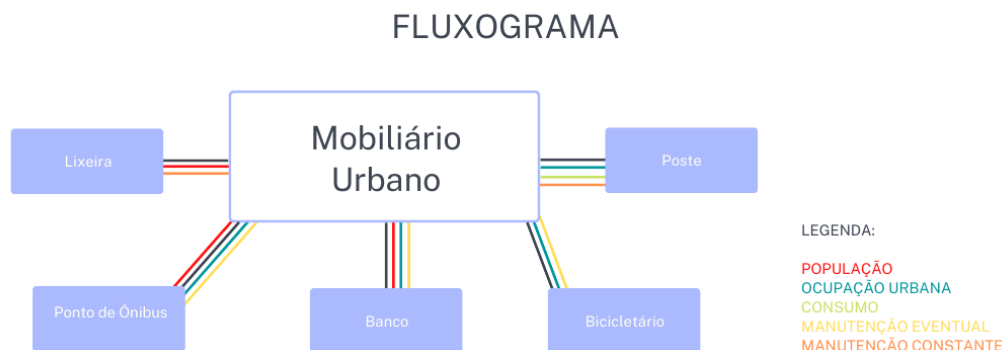
Fonte: a autora.

Fluxograma

O fluxograma ilustra as etapas, seqüências e decisões de um processo ou fluxo de trabalho. Embora haja vários outros tipos, um fluxograma é a forma mais simples de um mapa de processo. Trata-se de uma ferramenta robusta para planejar, visualizar, documentar e otimizar processos em diversas áreas de conhecimento, inclusive na arquitetura e no design.

No fluxograma verifica-se a incidência de uso dos equipamentos urbanos pela população, sua pertinência à população e sua utilidade, a necessidade de algum insumo para consumo em seu funcionamento, e qual o grau de manutenção necessária para este equipamento.

Figura 7 – Fluxograma.



Fonte: a autora.

Análise de Entorno e Tipologias

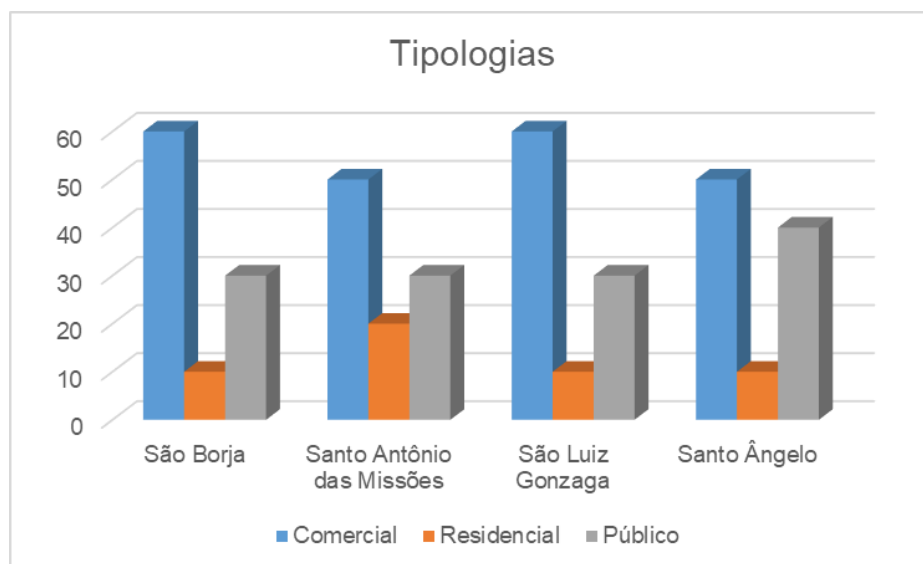
A morfologia urbana é o estudo das formas da cidade. A tipologia construtiva é o estudo dos tipos de construção. Ambas estudam duas ordens de fatos homogêneos, além disso, os tipos construtivos que se concretizam nos edifícios são o que constituem fisicamente a cidade.

Tal método de análise assume algumas classificações de caráter instrumental. Em termos de escala, a estrutura urbana é composta pelos seguintes elementos: o traçado viário, o quarteirão, o lote (ou parcela fundiária), o edifício. Um estudo morfológico é válido quando, além de descrever estes elementos, investiga sua interdependência. A partir daí, outros fatores são considerados: os regulamentos de construção, as técnicas construtivas, a cultura de profissionais como arquitetos, engenheiros, construtores e artesãos. Tal análise é capaz de esclarecer a vigência de determinadas

formas e o conceito de tipo adquire, então, valor instrumental no sentido de indicar a origem dos edifícios e suas relações com os outros elementos operantes na forma urbana, assinalando assim sua armação histórica. (PEREIRA, 2012, p.1)

Analisando o entorno das praças centrais, onde encontrou-se maior número de mobiliários urbano, encontra-se em maioria edificações comerciais, seguidas por edificações públicas e, por fim, edificações residenciais. Estes dados nos ajudam a elencar o tipo de mobiliário a ser projetado, levando em consideração as ações dos usuários que passam por estes lugares.

Figura 8 - Tipologias em área próxima à praça de eixo organizador urbano.



Fonte: a autora.

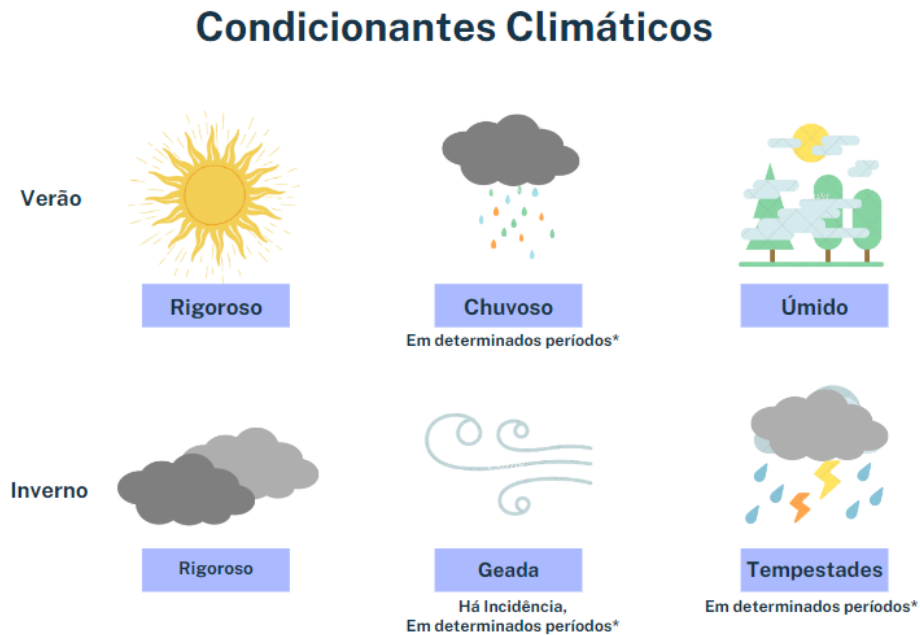
Condicionantes Climáticas

A região apresenta um clima instável, onde há grande diferença de temperatura entre as estações e também no decorrer do dia. No verão, são marcadas altas temperaturas, podendo chegar a uma média de 38°C, relacionando os dias de temperaturas mais altas. Uma característica da região é a umidade precedendo chuvas que são incidentes em determinados períodos da estação.

No inverno, as temperaturas baixam e as mínimas podem chegar a temperaturas negativas. Em determinados períodos da estação podem ocorrer tempestades com incidência de raios, granizo e ventos em alta velocidade. A geada é um fenômeno climático que caracteriza a região e faz parte do calendário popular de guia para o inverno: “nas primeiras geadas o povo reconhece a chegada do inverno”.

Outono e primavera são estações que mesclam os fenômenos climáticos da região chegando a uma temperatura mediana.

Figura 9 - Condicionantes climáticos.



Fonte: a autora

Materiais

A região apresentou grande variedade de materiais em seu mobiliário urbano existente, do contemporâneo ao rústico, com a mais diversa gama de durabilidade e texturas. Abaixo, temos a relação de matérias encontradas nos equipamentos urbanos da região missioneira:

- a) madeira;
- b) metal;
- c) concreto;
- d) pedra;
- e) cerâmica;
- f) plástico;
- g) acrílico;
- h) vidro.

4.1.1 Prática dos conceitos de Donis A. Dondis

Neste ponto da dissertação, analisou-se um equipamento urbano de cada cidade, sendo elas: Santo Ângelo, São Luiz Gonzaga, Santo Antônio das Missões e São Borja. Estes mobiliários estão relacionados de acordo com sua escala, no meio onde estão inseridos, tendo por princípio os equipamentos de maior altura, visibilidade e imagibilidade.

Como indicadores, relacionou-se itens vistos no capítulo 2 desta dissertação, sendo eles: Elementos básicos, como: o ponto, a linha, a forma, a direção, o tom, a cor, a textura, a dimensão, a escala e o movimento. Anatomia: representacional, abstrata e simbólica. Contraste: de tom, cor, forma e escala. Técnica visual: equilíbrio/instabilidade, simetria/assimetria, regularidade/irregularidade, simplicidade/complexidade, unidade/fragmentação, sutileza/ousadia, planura/profundidade, repetição/periodicidade. Linguagem: representacional, abstrata e simbólica.

Na cidade de Santo Ângelo, elegeu-se o pórtico como objeto de análise. É um elemento segmentado que alude um percurso, do acesso à praça até a Catedral Angelopolitana. Em São Luiz Gonzaga, escolheu-se o pórtico de acesso da Praça da Matriz, em frente à Rua Venâncio Aires. Nas cidades de Santo Antônio das Missões e São Borja, elegeu-se os postes de iluminação geral encontrados nas praças Central e XV de Novembro, respectivamente.

Os resultados obtidos nas análises foram satisfatórios, visto que foi possível identificar e classificar grande parte dos conceitos vistos anteriormente. As análises de pórticos tiveram um resultado com grande variação de padrões, diferente das análises dos postes de iluminação, onde observa-se que ambas as cidades seguem um padrão.

Na cidade de Santo Ângelo, o indicador de “Elemento básico” funciona como ordenador da forma, ele indica um caminho, segue uma hierarquia e define um espaço. A anatomia se mostra representacional, justamente por indicar um espaço em um lugar definido. Seu contraste é em escala, havendo variação de dimensão de acordo com seu percurso. Simetria, regularidade e dimensão são os seus conceitos de técnica visual. Sua linguagem é representacional.

Figura 10 - Análise de pÓrtico de acesso de Santo Ângelo.



Fonte: a autora.

Em São Luiz Gonzaga também há um pÓrtico, este com linhas contemporÂneas. Forma, textura, dimensÂo e escala sÃo elementos bÃasicos, sendo utilizado um quadrado como conceito e aplicadas diferentes texturas em quadrantes de tamanhos divergentes. Anatomia Ãe representacional, pois identifica um acesso. Seu contraste Ãe a escala, composta de diversas madeiras em um mesmo objeto. Por ser um elemento com caracterÃsticas contemporÃneas, sua tÃcnica visual naturalmente repercute em maior nÃmero: assimetria, irregularidade, fragmentaÃo, ousadia e profundidade.

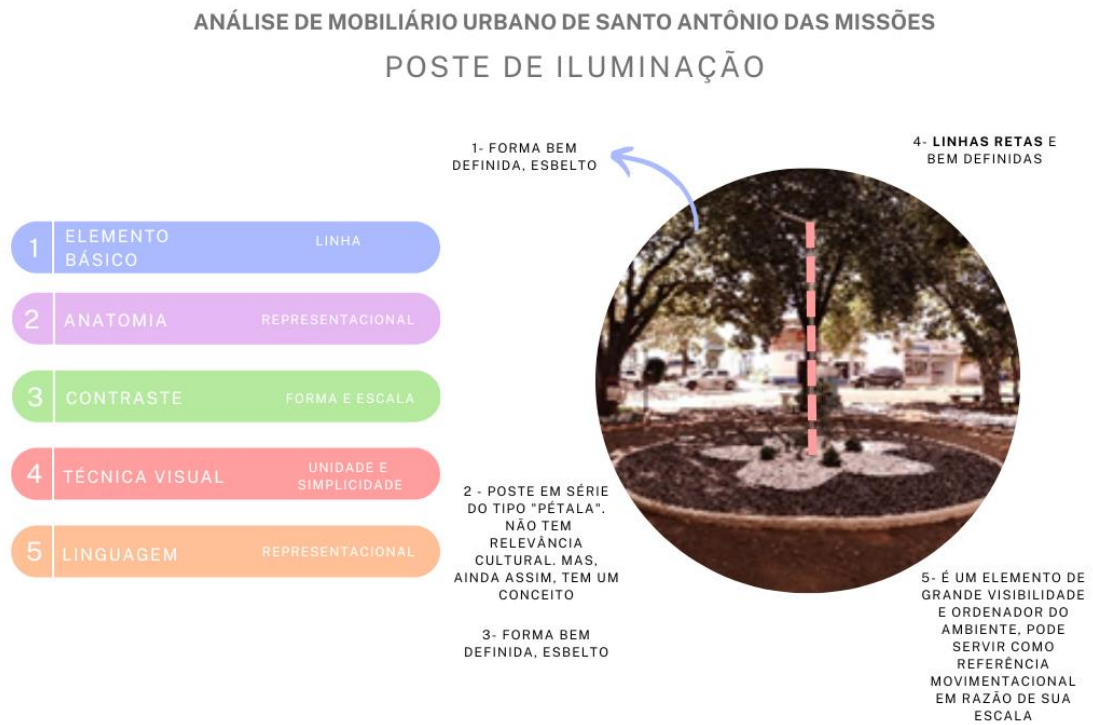
Figura 11 - Análise de pórtico de acesso de São Luiz Gonzaga



Fonte: a autora.

Santo Antônio das Missões teve o poste de iluminação pública como mobiliário urbano escolhido para análise. Um equipamento de caráter funcional e estático. A linha é sua classificação como elemento básico, em razão de sua forma. Sua anatomia representacional se justifica pela funcionalidade do equipamento. Sua forma e escala têm um contraste significativo pela esbeltes da peça. A unidade e simplicidade definem sua técnica visual pela silhueta do mobiliário urbano.

Figura 12 - Análise de poste de iluminação de Santo Antônio das Missões.



Fonte: a autora.

O município de São Borja também teve o poste de iluminação pública selecionado. O ponto e a linha definem-se como elementos básicos em função da forma bem definida do equipamento. Sua anatomia representacional pela funcionalidade da peça. A forma contrasta entre si e com o entorno. Unidade, simetria e simplicidade compõem a técnica visual.

Figura 13 - Análise de poste de iluminação de São Borja



Fonte: a autora.

Vistos todos os conceitos e suas ocorrências, conclui-se o seguinte padrão no mobiliário urbano das Missões: elemento básico: ponto e forma. Anatomia: representacional. Contraste: forma e escala. Técnica visual: unidade, simetria e simplicidade. Linguagem: representacional. Dados levantados de acordo com a maior ocorrência de casos encontrados dentre os equipamentos analisados.

Figura 14 - Análise dos conceitos de Dondis.

RESULTADOS OBTIDOS DE ACORDO COM AS ANÁLISES DOS CONCEITOS DE DONIS A. DONDIS

	Santo Ângelo	São Luiz Gonzaga	Sto. A. das Missões	São Borja
1 ELEMENTO BÁSICO	FORMA, DIREÇÃO, DIMENSÃO, ESCALA E MOVIMENTO.	FORMA, TEXTURA, DIMENSÃO E ESCALA	LINHA	PONTO E LINHA
2 ANATOMIA	REPRESENTACIONAL	SIMBÓLICA	REPRESENTACIONAL	REPRESENTACIONAL
3 CONTRASTE	ESCALA	ESCALA	FORMA E ESCALA	FORMA
4 TÉCNICA VISUAL	SIMETRIA, REGULARIDADE E REPETIÇÃO	ASSIMETRIA, IRREGULARIDADE, FRAGMENTAÇÃO, OUSADIA E PROFUNDIDADE	UNIDADE E SIMPLICIDADE	UNIDADE, SIMETRIA E SIMPLICIDADE
5 LINGUAGEM	REPRESENTACIONAL	SIMBÓLICA	REPRESENTACIONAL	REPRESENTACIONAL

Fonte: a autora.

4.1.2 Prática Dos Conceitos De Kevin Lynch

Nesta etapa da dissertação, são utilizados os mesmos equipamentos da Prática dos Conceitos de Donis A. Dondis para elaborar as análises, segundo o que Kevin Lynch (2011) acreditava. Os conceitos elencados podem ser vistos de modo completo no capítulo 3.

Os indicadores escolhidos nesta etapa foram: classificação, subcategoria e função, identidade cultural, qualidade da forma e imagem urbana. A classificação pode ser: decorativa, de serviço, de lazer, comercialização, sinalização e de publicidade. A subcategoria e função é o item mais abrangente, como pode ver a seguir: circulação e transporte, cultura e religião, esporte e lazer, infraestrutura, segurança pública e proteção, abrigo, comércio, informação e comunicação visual, ornamento da paisagem urbana e ambientação urbana. A identidade cultural se resume em três aspectos: intelectual, artístico e científico. Qualidade da forma: singularidade, simplicidade, continuidade, predomínio, clareza, diferenciação, análise visual, consciência do movimento, séries temporais, nomes e significados. E, por fim, a imagem urbana: caminho, limite, bairro, ponto nodal e marco.

Na cidade de Santo Ângelo, o pórtico é um elemento de entrada e segmentado, de grande valor para o imaginário coletivo da cidade, inserido em um grande marco da cidade. Sua classificação é decorativa e de sinalização, visto que sua função é delimitar um percurso e

demarcar um acesso, como subcategoria é ornamento da paisagem e ambientação urbana, pela mesma premissa. A identidade cultural caracteriza-se como artística pelo peso de sua presença na cultura local. Seu alcance visual é extenso, justificando sua extensão e ritmo, e isso caracteriza sua qualidade da forma. Este equipamento urbano caracteriza um conjunto de imagens e, assim, classifica-se como limite, caminho, marco.

Figura 15 - Análise de pórtico de acesso de Santo Ângelo.



Fonte: a autora.

Em São Luiz Gonzaga, os indicadores de classificação, subcategoria e função e identidade cultural são iguais aos demais pórticos, o que pode-se concluir este resultado por tratar-se de um mesmo tipo de elemento urbano. Como qualidade da forma, pertence à singularidade e alcance visual e como imagem urbana, limite e marco.

Figura 16 - Análise de pórtico de acesso de São Luiz Gonzaga

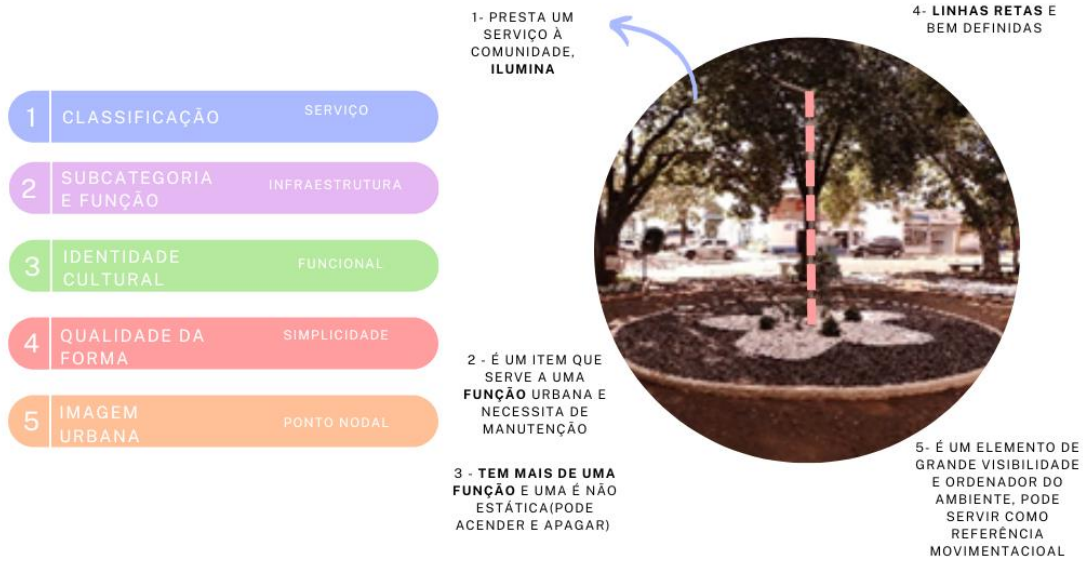


Fonte: a autora.

Em Santo Antônio das Missões e São Borja, analisou-se postes de iluminação pública, com isso tem-se resultados iguais aos indicadores de classificação, subcategoria e função, identidade cultural e imagem urbana. Apenas a qualidade da forma teve um indicador divergente. A classificação foi serviço, em função de ser um equipamento funcional e de infraestrutura; como imagem urbana é um ponto nodal. Como qualidade da forma, o elemento urbano de Santo Antônio das Missões classifica-se em simplicidade, pois trata-se de um equipamento em série. O equipamento urbano de São Borja classifica-se como singularidade e simplicidade, não tem grande expressão visual, porém é um equipamento personalizado para a região.

Figura 17 - Análise de poste de iluminação de Santo Antônio das Missões.

ANÁLISE DE MOBILIÁRIO URBANO DE SANTO ANTÔNIO DAS MISSÕES
 POSTE DE ILUMINAÇÃO



Fonte: a autora.

Figura 18 - Análise de poste de iluminação de São Borja.

ANÁLISE DE MOBILIÁRIO URBANO DE SÃO BORJA
 POSTE DE ILUMINAÇÃO



Fonte: a autora.

A partir destas análises, descobriu-se um padrão de ocorrências, as quais podem diferir em função do equipamento urbano. Assim, abaixo, obteve-se os seguintes resultados baseados nos resultantes que mais ocorreram: como classificação, a maioria foi decorativa; como subcategoria e função, ornamento da paisagem e ambientação urbana; como identidade cultural, artística; como qualidade da forma, singularidade e alcance visual; e como imagem, urbana, limite.

Figura 19 - Análise dos conceitos de Lynch.

RESULTADOS OBTIDOS DE ACORDO COM AS ANÁLISES DOS CONCEITOS DE KEVIN LYNCH

Santo Ângelo São Luiz Gonzaga Sto. A. das Missões São Borja



1	CLASSIFICAÇÃO	DECORATIVO E SINALIZAÇÃO	DECORATIVO E SINALIZAÇÃO	SERVIÇO	SERVIÇO
2	SUBCATEGORIA E FUNÇÃO	ORNAMENTO DA PAISAGEM E AMBIENTAÇÃO URBANA	ORNAMENTO DA PAISAGEM E AMBIENTAÇÃO URBANA	INFRAESTRUTURA	INFRAESTRUTURA
3	IDENTIDADE CULTURAL	ARTÍSTICA	ARTÍSTICA	FUNCIONAL	FUNCIONAL
4	QUALIDADE DA FORMA	ALCANCE VISUAL	SIMPLICIDADE ALCANCE VISUAL	SIMPLICIDADE	SINGULARIDADE E SIMPLICIDADE
5	IMAGEM URBANA	LIMITE, CAMINHO, MARCO	LIMITE	PONTO NODAL	PONTO NODAL

Fonte: a autora.

4.2 ANÁLISE DO MOBILIÁRIO URBANO A PARTIR DE DONDIS E LYNCH

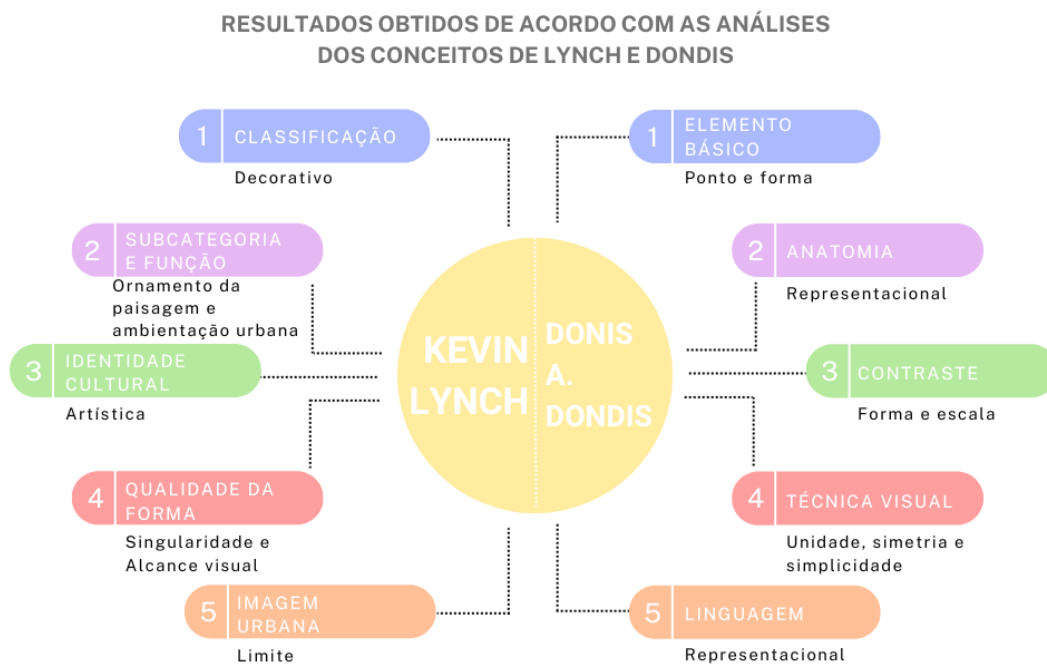
Após análises vistas anteriormente, um padrão de ocorrências foi encontrado no mobiliário urbano existente. Observou-se os itens de maior ocorrência para compor os resultados obtidos.

Na análise a partir dos conceitos de Dondis (1997), o mobiliário urbano classificou-se como decorativo; sua subcategoria e função teve como resultado o ornamento da paisagem e ambientação urbana; sua identidade cultural, artística; e a qualidade da forma como singularidade e alcance visual; limite foi sua imagem urbana.

Já de acordo com os conceitos de Lynch (2011), elencou-se seu elemento básico como ponto e forma; anatomia como representacional; contraste como forma e escala; técnica visual como unidade, simetria e simplicidade; e linguagem visual como representacional.

Abaixo, observa-se o padrão de indicadores encontrado no mobiliário urbano da região missioneira atualmente.

Figura 20 - Resultados obtidos através dos conceitos de Dondis e Lynch.



Fonte: a autora.

4.3 DIRETRIZES PROJETOVAIS PARA MOBILIÁRIO URBANO

As respostas às necessidades para promoção do uso dos espaços públicos passam pelo mobiliário urbano. Por meio dele, os usuários dos espaços públicos percebem o ambiente e podem usufruir adequadamente do lugar quando este favorece as condições para o uso. Esse pensamento pode ser melhor entendido em Del Rio (1990, p.108), quando propõe que os elementos do mobiliário urbano “devem ser de fácil compreensão, cômodos ao uso, integrados ao contexto urbano (cultural e fisicamente), congruentes com os sistemas de comportamento social e não descuidar necessidades físico-ergonômicas dos usuários.”

É por meio da evolução da urbanização e do paisagismo que o mobiliário segue como demanda importante. O surgimento das praças ajardinadas, dos parques e dos jardins ecléticos, que são oriundos da necessidade de se elevar culturalmente as cidades, é resultado dessa

evolução, e nesses espaços seriam implantados exemplares importantes referentes à estatuária, fontes, chafarizes, quiosques, pontes, bancos, lampiões, durante o século XIV.

Essas mudanças entre a realidade colonial brasileira e a adoção dos costumes europeus conduzem a uma alteração no uso dos espaços públicos, que eram destinados principalmente para eventos de cunho religioso, conforme apresenta Silva (1987, p.103), e a partir do surgimento dos espaços com as características e usos diversificados, novos hábitos são adquiridos, inclusive o de flunar nas praças e nos parques da cidade. De acordo com Robba e Macedo (2003), observam-se grandes demandas para implantação do mobiliário urbano no que se refere à composição e organização da cidade. A orientação para boa circulação nos espaços da cidade deve auxiliar os seus cidadãos na percepção e compreensão dos lugares, e lhes propiciar ainda o lazer por meio do planejamento de espaços públicos que favoreçam momentos de descontração e até mesmo de contemplação. Ainda sobre a circulação, Robba e Macedo (2003, p. 136) acrescentam que os pedestres são beneficiados em algumas cidades brasileiras, a partir da década de 1970, com a destinação de espaços exclusivos, na intenção de promover o uso adequado desses espaços que demandam um fluxo intenso de pessoas. Nessas ruas, a necessidade de equipar esses espaços com elementos do mobiliário urbano promove o seu melhor uso. As necessidades contemporâneas passam a prevalecer nos espaços públicos e a inserção de elementos novos ou a substituição dos antigos deve atender às expectativas dos usuários, de modo a promover o espaço por meio do adequado acesso e uso e melhorar a dinâmica na relação cidade-cidadão.

Tendo como partida a análise proposta com o cruzamento dos resultados de Kevin Lynch e Donis A. Dondis, transcreveu-se as seguintes premissas a serem consideradas para o projeto de mobiliário urbano para as Missões. Neste momento, levou-se em conta questões formais sem levantar medidas técnicas acerca da ergonomia, visto que essas informações já são regulamentadas conforme legislação vigente.

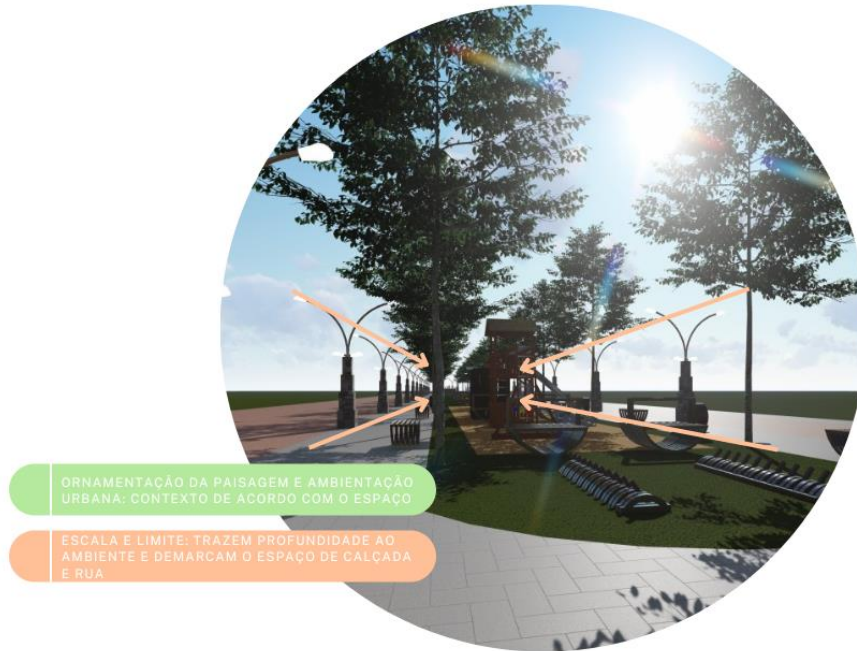
Quadro 11- Diretrizes projetuais.

Diretriz	Definição	Aplicação
Decorativa	Que há cuidado em sua apresentação, textura, cor	Na superfície do produto ou em sua composição
Ornamentação da paisagem e ambientação urbana	Arborização, calçadas, canteiros, floreiras, bancos e assentos	Ter cuidado com o entorno, não só com o mobiliário, mas onde irá ser inserido
Artística	Conceito formal	Apresentar uma justificativa pertinente ao conceito ao qual será implantado
Singularidade visual e alcance visual	Ser visto facilmente	Marcar presença no local de implantação
Limite	Definir seu local	Limitar o espaço onde está inserido
Ponto e forma	Definir sua forma	Utilizar formas simples e definidas
Representacional	Fazer parte do contexto ao qual está inserido	A representação da dimensão em formatos visuais bidimensionais também depende da ilusão.
Forma e escala	Ter forma e tamanho adequados ao ambiente	Na linguagem das artes visuais, a linha articula a complexidade da forma
Unidade, simetria e simplicidade	Legibilidade da forma	Que tenha fácil compreensão

Fonte: a autora.

A ideia principal foi preservar os materiais já existentes em edificações missioneiras, buscando fontes de inspiração no vocabulário regional e também na carga cultural da população adquirida ao longo dos anos. Além disso, buscou-se nos hábitos e costumes indígenas ferramentas ordenadoras ao projeto, como elenco de formas. A seguir, pode-se ver o mobiliário urbano proposto à região missioneira no PD&I e, em conjunto, as diretrizes projetuais elencadas nesta dissertação.

Figura 21 - Diretrizes projetuais.



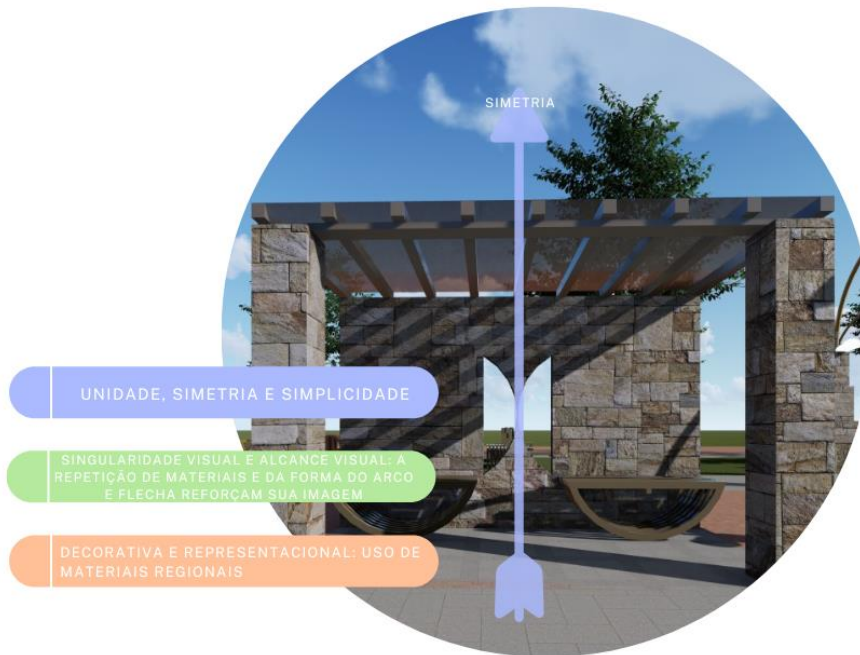
Fonte: a autora.

Figura 22 - Diretrizes projetuais.



Fonte: a autora.

Figura 23 - Diretrizes projetuais.



Fonte: a autora.

Através da pesquisa bibliográfica, desvendou-se os modos de vida dos povos indígenas e, em cima disso, tomou-se partido do arco e flecha como elementos ordenadores de formas do projeto. O arco e flecha são usados para a caça, pesca e rituais, e tornaram-se também uma prática esportiva, sendo disputada entre aldeias e até com não indígenas. Este elemento transmite à população um maior envolvimento com nossos conterrâneos e também reafirma a verdadeira origem e identidade missioneira. O arco e flecha foram utilizados como conceito nas formas do bicicletário, bancos e na lixeira e sua forma foi estampada no layout do ponto de ônibus.

O poste de iluminação pública é um mobiliário funcional. O conceito formal deste elemento urbano surgiu a partir de uma típica árvore da nossa região, o butiazeiro. Afinal, em nossa região, quem nunca ouviu a expressão "me caiu os butiá do bolso". Faz parte da cultura e imagem linguística deste espaço. A pedra grés, por estar presente em várias edificações missioneiras, traz familiaridade à população. Visto que associar a pedra às ruínas de São Miguel e também à Catedral Angelopolitana é um exercício fácil, utilizou-se esta pedra como material de execução do poste e também do ponto de ônibus.

Projetar um novo desenho de mobiliário urbano significa pensar tanto em equipamentos que sejam bem resolvidos como objeto, considerando todas as variáveis de construção e usos aos quais o mobiliário público deve se adequar, quanto em como este pode ser projetado para

colaborar com a organização, democratização e melhoria do espaço comum e com o reforço da identidade visual de uma região que se encontra, atualmente, encoberta por uma paisagem caótica e pede por uma linguagem unificada e organizada que represente seu imaginário, tão rico em valores históricos e culturais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo apresenta-se para retomar aspectos que deram vida a esta dissertação. Nele, trata-se brevemente sobre os principais métodos utilizados, com base nos objetivos que por nós é proposto, para que a pesquisa pudesse ser concluída. A paisagem urbana é resultado do processo de transformação da cidade. A arquitetura e os elementos do mobiliário inseridos nesse meio urbano têm, por natureza, o cumprimento das funções que levaram à sua construção e implantação. A presente dissertação traz discussões no âmbito urbanístico e visual, a partir da perspectiva de inserção deste mobiliário urbano na região missioneira.

A relevância desta dissertação passa pela necessidade de estudos mais significativos sobre o mobiliário urbano contemporâneo e sua presença no espaço urbano. Ele surge como um objeto de qualificação da paisagem e visa equacionar necessidades comuns ao espaço público. A implantação desses elementos é uma ação necessária para a manutenção da paisagem urbana. As inovações tecnológicas e a passagem do tempo alteram os hábitos e o comportamento das pessoas e, por conta desses fatores, as mudanças no espaço urbano são necessárias. Nesse sentido, os novos elementos surgem para suprir as novas demandas e, no caso das áreas antigas, dividem a ocupação do espaço com os exemplares remanescente do passado.

Nossa problemática preocupou-se em, primeiramente, identificar o mobiliário urbano existente nesta região e também em quais condições visuais e úteis eles se encontravam. Assim, partindo para uma análise mais profunda, segundo conceitos de Kevin Lynch (2011) e Donis A. Dondis (1997), a fim de potencializar o alcance visual do mobiliário urbano dentro da região elencada. Para isso, nosso objetivo geral buscou identificar fatores que influenciam na entrega visual do mobiliário urbano da região missioneira. Dividiu-se os objetivos específicos em três etapas:

Investigar a comunicação visual segundo elementos básicos de Dondis (1997) e a imagibilidade e legibilidade de Lynch (2011);

Apontar a relação dos conceitos encontrados com o mobiliário urbano e a capacidade de um objeto físico de transmitir uma imagem referência para um observador, através da imagibilidade, e também a “facilidade” com que cada uma das partes da cidade pode ser reconhecida e organizada em um padrão coerente, através da legibilidade;

Identificar e encontrar padrões de organização aplicáveis aos equipamentos urbanos, elencar diretrizes projetuais para o mobiliário urbano da região missioneira.

A metodologia aborda o interesse nos elementos estudados nesta dissertação, atribuindo significados a eles. Com isso, segmentou-se a pesquisa em quatro blocos distintos: aporte à natureza com ênfase no que foi visto no PD&I; aporte à legislação vigente; aporte aos autores e conceitos; Estado da Arte.

O capítulo 2 traça um recorte teórico sobre comunicação visual e as questões inerentes acerca de sua definição segundo Dondis (1991). São abordados a leitura visual, elementos da comunicação visual, anatomia da mensagem visual, a dinâmica do contraste, técnicas visuais: estratégias de comunicação, e a imagem como linguagem. Todos estes conceitos vistos através da pesquisa bibliográfica.

O terceiro capítulo apresenta os conceitos de Lynch (2011) por meio da pesquisa bibliográfica. Conhece-se a classificação do mobiliário urbano, as definições e conceitos sobre espaço público, o espaço público como identidade cultural, a imagem urbana de Kevin Lynch (2011), qualidade da forma, legibilidade.

O capítulo 4 trata dos resultados e análises propostas para esta dissertação, somando-se a diretrizes projetuais ideais ao mobiliário urbano regional. Listou-se os elementos visuais da região e condicionantes: neste momento, desenha-se o cenário atual da região missioneira. Através de levantamento fotográfico realizado no PD&I, consegue identificar os elementos urbanos e sua inserção no território, possibilitando a elaboração do organograma e fluxograma do espaço. Também expôs os condicionantes climáticos através da pesquisa documental, a prática dos conceitos de Donis A. Dondis (1997), a prática dos conceitos de Kevin Lynch (2011), e também a análise do mobiliário urbano a partir do cruzamento de conceitos dos dois autores.

Auferiu-se diretrizes projetuais satisfatórias a partir da interpretação dos resultados apresentados pela análise do objeto. As questões sobre o alcance visual do mobiliário urbano contemporâneo, inseridos na região missioneira, trazem reflexões sobre o existente e o adequado e, a seguir, pode-se ver uma imagem comparativa do que tem-se em nossas cidades hoje e o que nossos resultados mostraram.

Figura 24 - Comparativo de mobiliário real e o adequado.



Fonte: a autora.

Pode-se observar um dos elementos urbanos encontrados na região missioneira, que de acordo com análise realizada, não tem grande valor em seu alcance visual por sua forma simples e falta de identidade ao mobiliário. É possível ver também o poste de iluminação pública projetado no PD&I, um mobiliário funcional, da mesma forma que o exemplar real, porém, o conceito formal deste elemento urbano surgiu a partir de uma típica árvore da nossa região, o butiazeiro, assim, trazendo à população um sentimento de pertencimento e cuidado ao equipamento, além da sua forma e decoração que trazem os materiais naturais da região para o seu corpo.

Buscou-se atender às necessidades e às demandas da região missioneira, visando a flexibilidade, a modularidade, a interação e a identidade, conforme as diretrizes identificadas no capítulo 4 e os conceitos revelados nos capítulos 2 e 3. Buscou-se também potencializar o alcance visual a partir do mobiliário urbano para que a população faça uso dos espaços e, por meio deles, haja o despertar do sentimento de pertencimento pelo mobiliário urbano e pela região missioneira.

REFERÊNCIAS

ABNT – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9283: Mobiliário Urbano**. Riode Janeiro, 1986.

ArchDaily. "**Crie suas bibliotecas de referências com Meu ArchDaily**". ArchDaily Brasil. Acessado 25 Jul 2022. <<https://www.archdaily.com.br/br/762181/crie-suas-bibliotecas-de-referencias-com-meu-archdaily>> ISSN 0719-8906

BARATTO, Romullo. "**Skyline de Madri transformado em jogo**". 19 Set 2013. ArchDaily Brasil. Acessado 22 Nov 2022. <<https://www.archdaily.com.br/br/01-141598/skyline-de-madri-transformado-em-jogo>> ISSN 0719-8906

BENEVOLO, Leonardo. **História da Arquitetura Moderna**. São Paulo. Perspectiva.1976.

BOCKEMÜHL, Michael. **Rembrandt**. Alemanha [s/local]: Taschen, 1993.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas: estratégias para entrar y salir de La modernidad**. México: Editorial Grijalbo, 1989.

CASASÚS, José Maria. **Teoria da Imagem**. Rio de Janeiro. Salvat Editores. 1979.

COSGROVE, Denis E. **Em direção a uma Geografia Cultural Radical: Problemas da Teoria** In: Revista Espaço e Cultura. n°.05.Rio de Janeiro. UERJ. 1996.

CREUS, M. **Spaces, furniture and urban elements**. In: SERRA, J. Urban Elements: furniture and microarchitecture. Barcelona: Gustavo Gili, 2002.

CUSTÓDIO, Luiz Antônio Bolcato. **Arquitetura e Urbanismo Jesuítico-Guarani: regras e resultados**. Porto Alegre, Editora UniRitter, 2011.

DEL RIO, Vicente. **Introdução do desenho urbano no processo do planejamento**. Rio de Janeiro, PINI, 1990.

DONDIS, Donis A. **Sintaxe da linguagem visual**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

DONDIS, Donis A. **Sintaxe da linguagem visual**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

DONDIS, Donis A. **Sintaxe da linguagem visual**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

Espaço Público da Agência de Planejamento de Istambul / SO? Architecture and Ideas [Istanbul Planning Agency Public Hall / SO? Architecture and Ideas] 21 Out 2022. ArchDaily Brasil. Acessado 22 Nov 2022. <<https://www.archdaily.com.br/br/990755/espaco-publico-da-agencia-de-planejamento-de-istambul-so-architecture-and-ideas>> ISSN 0719-8906

ESCOLA, Equipe Brasil. "**Sete povos das Missões**"; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/historiab/povos-das-missoes.htm>. Acesso em 22 de novembro de 2022.

FACCIONI, Camila Mendes. **Mídia Exterior: Vitalidade e Poluição Visual**. In Anais doX

Anpur. ST-7.5. Temas emergentes. 1-9. 2003.

FERRARA, Lucrécia D' Alessio. **Design em espaços**. São Paulo: Rosari. 2002.

FELIPE, C. N. **Masculinidade(s) em foco: construções discursivas sobre identidade de gênero social**. Dissertação de Mestrado. UFMG. 2006.

FRANCIS, Mark. **Urban Open Spaces**. In: ZUBE, E., MOORE, G. (orgs.). *Advances in Environment, Behavior and Design*, vol. 1, p.71-106,1991.

FREITAS, R. Mobiliário urbano. In: Mascaro. J. (Org), **Infraestrutura da Paisagem**. Porto Alegre: MaisQuatro, 2008.

Google. 2022. São Borja. [s.l.]: **Google Maps**.
<https://www.google.com/maps/search/missoes/@-28.6539633,-56.0075704,14z/data=!3m1!4b1>.

GUEDES, João Batista. Design no Urbano: **Metodologia de Análise Visual de Equipamentos no Meio Urbano**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, 2005).

JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

JOHN, N.; REIS, A. T. Percepção, estética e uso do mobiliário urbano. **Gestão & Tecnologia**, v.5, p. 180-206, 2010.

KOHLSDORF, Maria Elaine. **A Apreensão da forma urbana**. Brasília. Ed. UNB. 1996.

KRUCKEN, Lia. **Design e Território**. São Paulo: Studio Nobel, 2009.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1982, p.34

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 53

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2011, p. 104, 58, 60.

MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de - **“Morfologia das cidades brasileiras. Introdução ao estudo histórico da iconografia urbana”**. Revista USP (São Paulo), v.30: p.10, jun-ago 1996.

MINGUET, J. **Arquitectura Del Paisaje**: Mobiliário urbano. Barcelona: Monsa, 2007.

MONTAGU, Ashley. **The human revolution**. Nova York: Bantam Books, 1967. (org.). *The origins & evolution of man: Readings in physical anthropology*. Nova York: Thomas Y. Crowell, 1973.

MANUAL para Implantação de Mobiliário Urbano da cidade do Rio de Janeiro. P.11, 1996. Manual.

MONTENEGRO, Glielson. **A produção do mobiliário urbano em espaços públicos: o desenho do mobiliário urbano nos projetos de reordenamento das orlas do RN**. Dissertação

(Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005). Disponível em: < <http://bdtd.ibict.br/>>. Acesso em 29 maio 2022.

MOURTHÉ, Cláudia. **Mobiliário Urbano**. Rio de Janeiro: 2AB, 1998.

MUNARI, Bruno. **Design e Comunicação Visual**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

PEREIRA, Renata Baesso. **Tipologia arquitetônica e morfologia urbana uma abordagem histórica de conceitos e métodos**. São Paulo. 2012, p.01.

Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto Nº 7.341**, de 22 de outubro de 2010.

QUELUZ, Marilda lopes pinheiro. **Designs e cultura material**. [S. l.: s. n.], 2008.

REMBRANDT, George. **Mostra da Gravura Cidade de Curitiba**. 2004.

REIS, A.; LAY, M. C. **Avaliação da qualidade de projetos – uma abordagem perceptiva e cognitiva**. *Ambiente Construído*, v. 6, n. 3, 2006.

REIS, A.T; LAY, M.C. **Avaliação da qualidade de projetos: uma abordagem perceptiva e cognitiva**. *Ambiente Construído*, Porto Alegre, v. 6, n. 3, p. 21-34. 2006.

ROBBA, Fabio; MACEDO, Silvio Soares. **Praças Brasileiras**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.

SANTOS, Fabricio. **"Sete povos das Missões"**; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/historiab/povos-das-missoes.htm>. Acesso em 16 de janeiro de 2023.

SALINGAROS, N. **Urban space and its information field**. *Journal of Urban Design*, V.4, n.1, p. 29-49, 1999.

SILVA, Geraldo Gomes da. **Arquitetura de ferro no Brasil**. São Paulo: Nobel, 1987.

SEIXAS, Ana Luisa; SILVA, Adriana Almeida. **Paisagem Cultural Missioneira: Desafios para a Valoração e Gestão do Parque Histórico Nacional das Missões**. 4o Colóquio Ibero-Americano Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto. Belo Horizonte, Setembro, 2016.

TYLOR, Edward B. **Primitive Culture**. Londres: 1871.

Universidade Federal do Rio Grande do Sul. **Centro Estadual de Pesquisas em Sensoriamento Remoto e Meteorologia (CEPSRM)**. Rio Grande do Sul. 2021.

VICTOR, Meirelles. **Fototecas**. P.534, 2001.

WONG, Wucius. **Princípios de Forma e Desenho**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

APÊNDICE A - Levantamento fotográfico

Local Equipamento	Imagem
Santo Ângelo Lixeira	
Santo Ângelo Banco	

Santo Ângelo

**Poste de
iluminação**



Santo Ângelo

Marco



Santo Ângelo

Pórtico

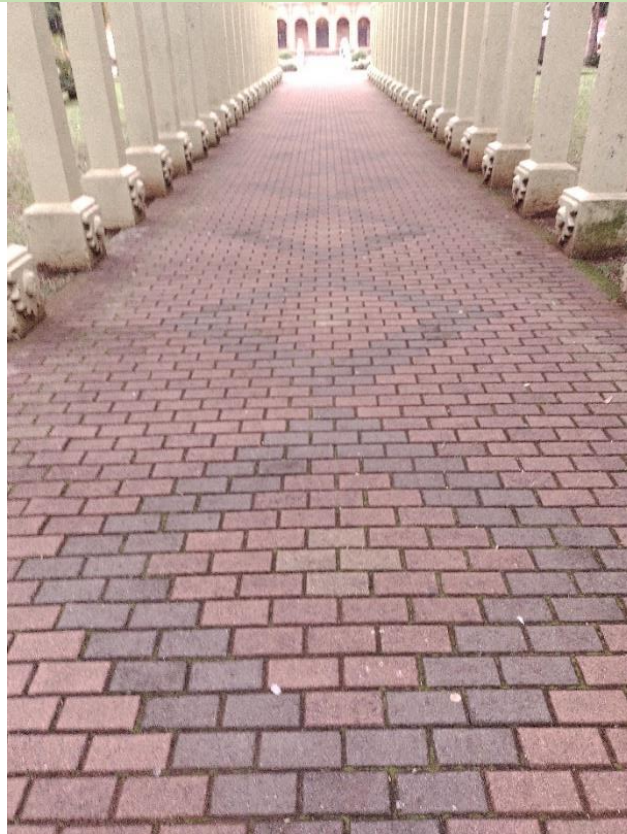


Santo Ângelo

Pórtico



Santo Ângelo
Calçada



Santo Ângelo
Ponto de
ônibus



**São Luiz
Gonzaga**

Banco



**São Luiz
Gonzaga**

**Poste de
iluminação**



**São Luiz
Gonzaga**
Pórtico



**São Luiz
Gonzaga**
Lixeira



**São Luiz
Gonzaga**
Calçada



**Santo Antônio
das Missões**

Banco



**Santo Antônio
das Missões**

Banco



**Santo Antônio
das Missões**

Lixeira



**Santo Antônio
das Missões**

Lixeira



**Santo Antônio
das Missões**

**Poste de
Iluminação**



São Borja

Banco



São Borja
Poste de
Iluminação



São Borja
Lixeira



São Borja
Calçada



São Borja
Banco



São Borja
Calçada



São Borja
Ponto de ônibus

